

0 1 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

CNJ prevê reduzir à metade número de presos provisórios

Presidente do órgão, Ricardo Lewandowski, esteve ontem em Curitiba para formalizar a implantação das 'Audiências de Custódia' no Paraná

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba – O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pretende diminuir em até 50% o número de presos provisórios no Brasil, hoje estimado em 250 mil. A meta foi anunciada ontem pelo presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, durante o lançamento do projeto 'Audiências de Custódia' no Paraná. O Estado é o sétimo a assinar o termo de compromisso para implementação da iniciativa, atrás de São Paulo, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

A solenidade de adesão, realizada na sede principal do Tribunal de Justiça (TJ), em Curitiba, contou também com as presenças do governador Beto Richa (PSDB) e do presidente do TJ, Paulo Roberto Vasconcelos. A ideia é que os detidos em flagrante sejam apresentados a um juiz no prazo máximo de 24 horas, conforme já estabelecem o Código de Processo Penal (CPP) e uma série de tratados internacionais de

direitos humanos, como o Pacto de São José da Costa Rica, ratificado pelo País em 1992.

“É importante do ponto de vista humanitário e do ponto de vista civilizatório. Somos a quarta maior população carcerária do mundo. Temos 600 mil presos, sendo que 40% são provisórios. Nós vamos diminuir para a metade, ou seja, para 120 mil”, afirmou Lewandowski. Segundo o magistrado, a economia anual aos cofres públicos deve chegar a R\$ 4,3 bilhões, uma vez que cada preso custa, em média, R\$ 3 mil. “É um dinheiro que pode ser aplicado na saúde, na educação, no transporte e em outros serviços essenciais”, completou.

Ainda de acordo com o presidente do Supremo, só no Paraná foram presos em flagrante 25 mil homens e mulheres de janeiro a julho de 2015. “Numa projeção, até o final do ano presume-se que serão presas quase 50 mil pessoas. Se nós conseguirmos atingir através das audiências de custódia uma média de liberdade provisó-

ria de 50%, poderemos reduzir esse número para 25 mil”, disse.

A execução, contudo, depende da reforma do prédio administrativo anexo ao antigo presídio do Ahú, na região norte da cidade, para onde deve ser alocada a estrutura necessária. O juiz Eduardo Lino Bueno Fagundes Júnior, da 1ª Vara de Execução Penal, contou que a obra será concluída em 60 dias. Ele afirmou ainda que, na próxima terça-feira, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp) inaugura uma central de comando, para a capital e a região metropolitana, com câmeras e viaturas georreferenciadas. “Ali vão ser acompanhadas as cinco mil tornozeleiras eletrônicas”, acrescentou.

CONTINUA

01 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

"INAUGURAÇÃO"

A primeira audiência de custódia do Paraná ocorreu ontem, de forma ainda improvisada, na Sala de Sessões do TJ, e foi conduzida por Fagundes Júnior. O pintor Eros da Silva, de 23 anos, foi detido na última segunda-feira, próximo ao Shopping Palladium, na região sul da capital. Ele teria ameaçado um homem com um canivete após acusá-lo de mexer com a sua namorada e, em seguida, resistido à prisão. Como está desempregado, o acusado se negou a pagar a fiança – estipulada em R\$ 800.

Silva tinha duas passagens pela polícia, ambas relativas à violência doméstica. Ele argumentou, contudo, que os processos se referem a desentendimentos, são antigos e que foram extintos. O promotor do caso, Maurício Cirino, e o defensor público Maurício Farias Júnior defenderam a concessão da liberdade. Mediante algumas garantias, como a de que o suspeito procuraria emprego e compareceria às audiências determinadas pela Justiça, o juiz decidiu então acatar o pedido, liberando o réu.



A primeira audiência de custódia ocorreu na Sala de Sessões do TJ: ideia é que os detidos em flagrante sejam apresentados a um juiz no prazo máximo de 24 horas

01 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

Um terço dos presos do PR está em delegacias

Só nesta semana, quase 100 detentos fugiram de unidades superlotadas em Londrina e São José dos Pinhais

Celso Felizardo
Reportagem Local

Londrina - Há cinco anos, o Paraná tinha mais presos em delegacias do que no sistema penal. De 30,5 mil detentos, 16,2 mil estavam em carceragens dos distritos policiais. Após esforços da Secretaria de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju) - à época responsável pela administração penitenciária - o número teve redução significativa. Em dois anos, o contingente de presos em delegacias caiu de 16,2 mil para 9,8 mil, redução de 39%. No entanto, desde dezembro de 2012, praticamente não há redução nas carceragens do Estado.

Os 9,6 mil presos em delegacias representam hoje quase um terço da população carcerária paranaense, que é de 29,1 mil presos, apenas 177 a menos que o registrado há dois anos e meio. Em dezembro do ano passado, a Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) assumiu o Departamento de Execução Penal (Depen) com a missão de retomar o programa de esvaziamento dos distritos policiais, porém o que se vê são fugas constantes em todo o Estado.

Na madrugada de ontem, 33 presos fugiram da Delegacia de São José dos Pinhais, na

Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Eles cavaram um túnel em uma das celas e ganharam as ruas antes de clarear o dia. De acordo com a Polícia Civil, a carceragem que tinha capacidade para 30 vagas abrigava 115 detentos, superlotação quase quatro vezes acima do aceitável. Até a tarde de ontem, quatro presos haviam sido recapturados.

Há pouco mais de três meses, 28 presos homens haviam fugido da mesma delegacia após serrarem as grades de uma das celas. De acordo com os policiais, o prédio antigo e a superlotação facilitam as fugas. "São prédios ampliados e remendados que não são planejados para abrigar presos. Esta não é a função da delegacia", reafirmou Fábio Rossi Barddal, vice-presidente do Sindicato das Classes Policiais Cíveis do Estado do Paraná (Sinclapol).

LONDRINA

A fuga na RMC acontece cinco dias depois de 64 detentos escaparem do 4º Distrito Policial de Londrina. Na prisão, 114 detentos dividiam o espaço destinado a 24 homens. Com celas superlotadas, boa parte do grupo ocupava o corredor da carceragem. Os presos invadiram o cartório da unidade e levaram cinco armas. De acordo com a Polícia Civil, até o início da

noite de ontem, 33 deles haviam sido recapturados.

Londrina é a região com o maior número absoluto de presos em delegacias, com 2.365, seguida por Cruzeiro do Oeste (1.481), Maringá (1.408) e Cascavel (1.081). Já proporcionalmente ao número total de presos, as piores situações são de Cascavel, Cruzeiro do Oeste e Maringá, onde os encarcerados em delegacias ainda são maioria. "As ações do governo caminham a passos muito lentos e não resolvem o problema. Enquanto isso, a Polícia Civil segue engessada, com o trabalho comprometido", criticou. Na capital, por onde a Sesp começa o esvaziamento das carceragens, são 9.229 presos em penitenciárias e apenas 844 nas delegacias.

CONTINUA

01 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

OUTRO LADO

Por meio de nota, a assessoria de imprensa da Sesp informou que tem transferido de 100 a 150 presos semanalmente para o sistema prisional. Uma das apostas da Sesp é nas Varas de Audiência de Custódia, que visa garantir que em até 24 horas a pessoa presa em flagrante seja apresentada e inquirida pelo juiz competente, ouvidos também o Ministério Público e o advogado do preso.

A Sesp ressalta também a adoção das tornozeleiras eletrônicas para presos que cometeram crimes de menor potencial ofensivo e obras em penitenciárias (12 construções e oito ampliações). Com essas obras previstas, a Sesp estima que será possível abrir aproximadamente 7 mil vagas no sistema penitenciário.

01 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Homenageados

O governador Beto Richa (PSDB) aproveitou ontem a passagem por Curitiba do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Enrique Ricardo Lewandowski, para condecorá-lo com a Ordem Estadual do Pinheiro. A mais alta honraria do Estado foi entregue também ao mais novo ministro do STF, o paranaense Luiz Edson Fachin. As homenagens ocorreram em solenidade no período da manhã, no Palácio Iguçu.

'Elogio à magistratura'

O presidente do Supremo definiu a homenagem como um reconhecimento à magistratura. "Um elogio à magistratura pela participação ativa no esforço de garantir a paz social do Brasil, que passa por uma crise econômica momentânea", afirmou Lewandowski. O ministro falou sobre seu trabalho e disse que atua para garantir a efetivação dos direitos individuais e coletivo dos brasileiros. O ministro Fachin também agradeceu a homenagem, que ele considerou como um reconhecimento pelo trabalho realizado em Curitiba. "Assumi uma cadeira na Suprema Corte como exemplo da força da união de lideranças do Paraná. Agradeço esse reconhecimento, pois não teria feito sozinho o percurso", disse.

Jornalistas decepcionados

Os jornalistas que foram ao Palácio Iguçu para cobrir a homenagem do governo estadual aos ministros Ricardo Lewandowski e Luiz Edson Fachin, saíram decepcionados. O governador Beto Richa se comprometeu, via assessoria de imprensa, em conceder entrevista aos repórteres que esperaram o fim da solenidade. Mas ele acabou desistindo na última hora, justificando atraso na agenda. Aos jornalistas coube a tarefa de desmontar câmeras e gravadores que já estavam armados há mais de 40 minutos no púlpito instalado pelos funcionários do Palácio para a coletiva que não aconteceu.

01 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

Juiz único na Publicano é 'medida salutar', defende MP

**Em oposição a advogados
de réus de fraude na Receita,
coordenador estadual
do Gaeco afirma que não há
restrição legal para magistrado
exclusivo no caso**

Edson Ferreira
Reportagem Local

Para o Ministério Público (MP) do Paraná, a designação do juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, para conduzir os processos das operações Publicano 1 e 2 e Voldemort com exclusividade, não corre risco de ser revertida. Conforme a FOLHA mostrou ontem, advogados que defendem réus nas ações consideram a medida desnecessária e inconstitucional, antecipando que podem recorrer contra a nomeação. A portaria é assinada pelo presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, Paulo Roberto Vasconcelos.

O procurador de Justiça e coordenador estadual do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), Leonir Batisti, considerou "salutar e necessária" a definição do juiz londrinense para atuar apenas nas ações penais derivadas das duas operações.

Segundo Batisti, "não há minimamente qualquer restrição de caráter legal" a ser apontada contra a medida do TJ. Constitucionalmente, afirmou ele, está sendo respeitado o princípio da duração razoável dos processos que, juntos, somam mais de 200 réus. "É preciso adotar este instrumento, ou seja, ter uma pessoa concentrada na complexidade do caso."

Outro eventual equívoco na designação de exclusividade, segundo os advogados disseram à reportagem, seria a imposição do juiz único durante o andamento das ações penais. Batisti, porém, entende que "não foi contrariado o preceito do juiz natural, afinal o doutor Nanuncio já estava na vara e vai continuar com o processo, o que afasta qualquer argumento de uma condução para se arranjar um juiz condenador".

Em recente entrevista, o promotor de Justiça Renato de Lima Castro – que atuou nas duas operações deflagradas pelo Gaeco em Lon-

drina – mostrava otimismo, estimando em até oito meses as primeiras sentenças em primeiro grau. Batisti evitou arriscar um prazo, "em razão da complexidade dos processos". "Teoricamente, é possível que sejam arroladas até oito testemunhas de defesa para cada fato, mas é possível o indeferimento de algumas por parte do juiz."

CONTINUA

01 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO



“Não foi contrariado o preceito do juiz natural, afinal o doutor Nanuncio já estava na vara e vai continuar com o processo”, afirma o procurador de Justiça Leonir Batisti

**“É preciso ter uma
pessoa concentrada na
complexidade do caso”**

MAZZA

Conflitos

Advogados dos réus e indiciados da Publicano e Voldemort são contra o juiz exclusivo para o caso, conforme orientação do presidente do Tribunal de Justiça, sob o fundamento de que ela fere o princípio da manutenção do juiz natural. A OAB, no entanto, se posicionou favoravelmente à decisão do desembargador Paulo Roberto Vasconcelos e o magistrado de 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, se diz preparado para o desafio e descarta a perspectiva, imaginada por muitos, na hipótese de prescrição.

01 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

Procurador se diz tranquilo com processo por improbidade

Segundo advogado, Paulo César Valle não pensa em deixar o cargo na Prefeitura de Londrina

Loriane Comeli
Reportagem Local

O procurador-chefe do município de Londrina, Paulo César Gonçalves Valle, cargo de confiança do prefeito Alexandre Kireeff (PSD), disse ontem por meio de seu advogado que “está com a consciência tranquila” sobre o processo por improbidade administrativa que responde em Centenário do Sul (Região Metropolitana de Londrina).

Valle e o advogado Alex de Siqueira Butzke impetraram mandado de segurança, no final de 2007, para defender interesses particular do então vereador Lindolfo da Silva, mas foram pagos com dinheiro público, segundo acusação do Ministério Público (MP) de Centenário do Sul, em ação proposta em 2010. Conforme o MP, embora toda a tratativa fosse com a “pessoa física” do vereador, que queria manter-se presidente do Legislativo, foi a Câmara que pagou a conta.

O advogado de Valle, Luciano Niero, porém, sustenta que o Legislativo “obteve vantagem econômica muito grande” com os serviços prestados por seu cliente. “A Câmara estava sem presidente e isso causaria um prejuízo muito grande, do ponto de vista econômico, político e social. Então, foi justo que recebesse da Câmara”, afirmou.

Niero também destacou o “valor irrisório, quase aviltante” cobrado por Valle de Silva. “Foi um valor irrisório para um mandado de segurança na área do Direito Público. Ele (Valle) mesmo para atender o vereador.”

Outro apontamento do defensor de procurador-geral foi que o Tribunal de Contas (TC) do Paraná teria aprovado as contas da Câmara de Centenário relativas ao ano de 2007. “O TC aprovou as contas da Câmara inclusive com parecer favorável do Ministério Público que atua junto ao TC. Muito me surpreende essa contradição. É algo que questiono na ação”, comentou. “Conversei com o doutor Paulo e ele disse que está com a consciência tranquila, que faria de novo”, relatou Niero, acrescentando que Valle não pensa em deixar o cargo na Prefeitura de Londrina. “Não tem relação uma coisa com a outra.”

Tanto Valle quanto Butzke devem ser ouvidos no processo em outubro pela 2ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, já que a Vara de Centenário encaminhou carta precatória para cá, em razão do domicílio dos dois réus. A advogada de Silva novamente não foi localizada pela reportagem.

01 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

MPF pede prisão preventiva

Em petição protocolada ontem na Justiça Federal de Curitiba, a força-tarefa do Ministério Público Federal na Operação Lava Jato afirmou que o diretor-presidente licenciado da Eletronuclear, o almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, não conseguiu comprovar quais serviços sua empresa, a Aratec, teria prestado para receber pelo menos R\$ 4,5 milhões de empreiteiras que mantinham contratos com a empresa de energia nuclear. Os procuradores pediram ao juiz federal Sérgio Moro que decrete a prisão preventiva tanto de Othon quanto do executivo da Andrade Gutierrez Flavio Barra. Ambos estão presos em regime de prisão temporária e, por isso, podem ser soltos a partir de hoje, quando venceria o prazo máximo de cinco dias. Moro analisará o pedido para decidir se transforma as temporárias em preventivas ou se libera os dois investigados.

Duque vira réu em 4ª ação

O juiz federal Sérgio Moro, que está à frente dos processos da Lava Jato, acatou ontem nova denúncia contra o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato de Souza Duque e mais duas pessoas. Ele já é réu em outras três ações penais que tramitam na Justiça Federal do Paraná. Além dele, também são réus na ação penal que apura os crimes de corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro os empresários João Antônio Bernardi Filho, Antônio Carlos Briganti Bernardi e Julio Gerin de Almeida Camargo. Este último já fechou acordo de delação premiada. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), os investigados participaram de um esquema de corrupção e lavagem de dinheiro para favorecer a empresa italiana Saipem na contratação para instalação do gasoduto submarino de interligação dos campos Lula e Cernambi com a Petrobras. Para isso, utilizaram-se de transações bancárias nas contas da Hayley/SA, offshore uruguaia que mantinha contas na Suíça e que, posteriormente, remetia os valores como simulação de investimentos na sua subsidiária Hayley do Brasil. Por fim, a Hayley do Brasil adquiria obras de arte em seu nome, mas as entregava a Renato Duque como parte do pagamento da vantagem indevida.

Novo acordo de leniência

O Ministério Público Federal (MPF), por meio de sua força-tarefa que atua em Curitiba, e a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) assinaram ontem um acordo de leniência com a empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A. O objetivo é obter informações e provas sobre a cartelização entre as empresas que disputaram as licitações públicas promovidas pela Eletronuclear para a construção da usina Angra 3, nos anos de 2013 e 2014. A existência de conluio entre as empresas envolvidas na construção de Angra 3 foi inicialmente revelada ao MPF por Dalton Avancini, ex-presidente da Camargo Corrêa, que firmou acordo de colaboração premiada em fevereiro. Além de apresentar informações e provas sobre o funcionamento do cartel de empreiteiras na Petrobras e o pagamento de propina a dirigentes da empresa pública, Avancini também revelou que o mesmo esquema foi implementado nas licitações para a construção de Angra 3. Segundo o MPF, o acordo firmado complementa as investigações sobre a cartelização de empresas para fraudar as licitações de Angra 3, revelando evidências sobre a atuação ilícita das empresas Andrade Gutierrez, Odebrecht, Queiroz Galvão, EBE, Techint, UTC e Camargo Corrêa no esquema fraudulento.

02 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Ainda Catta Preta

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinícius Coêlho, lamentou as ameaças relatadas pela colega Beatriz Catta Preta, ex-defensora de nove delatores da Operação Lava Jato. “É lamentável que um colega de profissão deixe suas atividades sob essa alegação, sob esse tipo de situação. Estamos atentos e, em se comprovando as ameaças, em se identificando causadores de tal situação, deve haver responsabilização. A lei deve valer para todos”, disse Coêlho. A advogada renunciou à defesa dos delatores da Operação Lava Jato porque “teme sofrer algum tipo de violência”. A criminalista foi convocada a depor na comissão que investiga o esquema de corrupção na Petrobras para explicar a origem de seus honorários, mas a OAB conseguiu no STF um habeas corpus preventivo que a desobriga de falar sobre o assunto na CPI.

» SISTEMA PENITENCIÁRIO

Projeto busca esvaziar carceragens

Projeto do TJ do Paraná busca esvaziar prisões

Objetivo do projeto das audiências de custódia é fazer com que todo preso em flagrante passe por um juiz em até 24 horas após ser detido

Diego Ribeiro

■ Mesmo sem ainda ter uma estrutura pronta, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) lançou na sexta-feira (31), com a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, e do governador Beto Richa, o projeto audiências de custódia, que promete ser uma das mais importantes iniciativas para mudar a cultura do encarceramento no país. O Paraná é o sétimo estado a adotar a medida. São Paulo, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso já adotaram.

A primeira audiência de custódia do estado aconteceu na sexta-feira (31) em uma sala do TJ e deve começar provisoriamente em uma vara criminal, possivelmente a 14.^a, na semana que vem. O dia ainda não está definido. O TJ prevê que, a partir de outubro, a reforma do prédio administrativo do antigo presídio do Ahú ter-

mine e, assim, poderá receber a central de audiências de custódia. A reforma começou nesta sexta-feira.

Velocidade

O objetivo da audiência de custódia é que todo preso em flagrante passe em uma audiência com a presença de um juiz, promotor e um defensor em até 24 horas após prisão. O Código de Processo Penal (CPP) já determina isso, mas devido à burocracia diária do sistema, a prática não ocorre na velocidade necessária.

Em seu discurso durante a cerimônia de assinatura do termo de cooperação entre o Judiciário e o estado, Lewandowski ressaltou a necessidade da implantação do projeto para acabar com uma injustiça histórica do Brasil: o não cumprimento do Pacto de São José da Costa Rica.

Desde 1992, o país ratificou esse tratado internacional, que estabelece os direitos fundamentais da pessoa humana, como o direito à vida, à liberdade, à dignidade. A convenção também trata das garantias judiciais.

“O Brasil é o quarto país que mais encarcera no mundo”, afirmou o ministro. Ele mencionou que há hoje no sistema carcerário brasileiro 600 mil presos entre presidiários e detidos em delegacias. Destes, cerca de 40% não são condenados.

Segundo o ministro, 50% dos provisórios poderiam responder seus processos em liberdade. Só no Paraná,

explicou Lewandowski, foram presas em flagrante entre janeiro e julho deste ano 25 mil pessoas.

Entre os argumentos do ministro, além do cumprimento fiel à lei, está a necessidade econômica. Ele explicou que o Brasil pouparia R\$ 4,3 bilhões se colocasse na rua os detentos que têm condições de estar em casa.

Como funciona

Em 24 horas após a prisão, o detido é levado para a central de audiências de custódia. O juiz avalia exclusivamente a necessidade da manutenção da prisão, se houve excessos da autoridade policial e a legalidade da medida entre 8 e 10 minutos. Não há intenção de julgar o caso, mas os motivos de manter o acusado detido. O TJ ainda estuda, mas é possível que mantenha uma escala de plantão entre juízes para a central, assim como o Ministério Público. A Secretaria da Segurança Pública deve designar um delegado exclusivo para o local.

O juiz da 1.^a Vara de Execuções Penais de Curitiba, Eduardo Fagundes, que presidiu a primeira audiência nesta sexta-feira, acredita que as audiências devem mudar a cultura do encarceramento no país.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

“O preso vai ter um rosto e não será só papel para o juiz”, disse. Ele lembra que essa medida é importante já que o Brasil já tentou de várias formas mudar o quadro da superlotação carcerária. “Já se tentou aumentar o número de unidades prisionais e viu que a massa carcerária só aumentou. É preciso outra atitude”, afirmou.

01 AGO 2015



Primeira audiência de custódia no TJ-PR com a presença do presidente do STF, Ricardo Lewandowski.

AGILIDADE

Um desempregado, de 23 anos, havia ameaçado, na segunda-feira (27), um homem após acusá-lo de mexer com sua namorada, na Avenida República Argentina, no bairro Portão, em Curitiba. Ele usou um canivete ao ameaçar o rapaz. Em seguida, resistiu à prisão. Durante a audiência, tanto o promotor do caso, Maurício Cirino, quanto o defensor público Maurício Farias Júnior, representante do detido, defenderam a liberdade dele após algumas garantias dadas pelo acusado de que não se mudaria, procuraria emprego e que compareceria às audiências determinadas pela Justiça. O acusado pôde ir para casa.

01 AGO 2015

GAZETA DO POVO



Lewandowski e Fachin com a Ordem do Pinheiro

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro **Ricardo Lewandowski** (à esq.), e o ministro recém-empossado da Corte, **Luiz Edson Fachin** (à

dir.), receberam, na manhã desta sexta-feira (31), do governador Beto Richa (PSDB) a Ordem Estadual do Pinheiro. A mais alta honraria do Paraná é entregue anualmente a personalidades que se destacam em suas áreas de atuação e contribuem para o desenvolvimento do estado. Depois da solenidade, no Palácio Iguaçu, ambos os ministros fizeram discursos de agradecimento. "Aceitei o desafio [de assumir uma cadeira no STF] como mis-

são de atender ao país", declarou Fachin. Já Lewandowski destacou a tarefa dos operadores do Judiciário na concretização dos direitos fundamentais. "Recebo esta Ordem não como presidente da Corte, mas como uma homenagem a toda magistratura", disse. Richa, por sua vez, disse destacou o trabalho do Poder Judiciário na aplicação das sanções em casos como o do mensalão. "Não há mais tolerância com a impunidade", declarou.

01 AGO 2015

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Saia Justa?

Beto Richa participou da primeira audiência de custódia no Paraná, projeto lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para esvaziar as penitenciárias brasileiras superlotadas. Ele acompanhou o lançamento do projeto ao lado do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, que visitou o estado nesta sexta-feira (31). Mas Richa não esperava ver pela primeira vez o ator de um dos casos que mais lhe causou dor de cabeça nos últimos tempos. O promotor Maurício Cirino, que assina a ação civil pública por improbidade administrativa na "Batalha do Centro Cívico", representou o Ministério Público na audiência de custódia. Foi a primeira vez que os dois estiveram no mesmo ambiente depois da proposta da ação.

01 AGO 2015

GAZETA DO POVO

Com denúncia, Catta Preta coloca deputados da CPI na defensiva

Ministro da Justiça diz que acusação tem de ser investigada pelo MPF. Presidente do STF defende prerrogativas dos advogados. OAB pede punição

Joana Neitsch, Kelli Kadanus e Ana Krüger, com agências

A denúncia da advogada Beatriz Catta Preta de que está sendo ameaçada por integrantes da CPI da Petrobras provocou nesta sexta-feira (31) forte reação no meio jurídico e político e colocou os deputados na defensiva, sob risco de passarem a ser investigados pelo Ministério Público Federal (MPF).

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, disse em Curitiba que os advogados têm determinadas prerrogativas, como a garantia do sigilo de seu relacionamento com os clientes, para evitar que sejam vítimas do arbítrio das autoridades.

“Prerrogativas dos advogados, predicamentos da magistratura e imunidades dos parlamentares não são privilégios dessas categorias, mas garantias dos cidadãos contra o

arbítrio”, disse Lewandowski ao comentar o caso em entrevista à **Gazeta de Povo**. “Eu concedi, como todos sabem, uma liminar estabelecendo que a CPI não poderia interferir no sigilo das comunicações entre advogado e seu cliente e nem perquirir acerca dos honorários de um serviço efetivamente prestado”, disse o ministro mais tarde, durante a entrevista coletiva, numa referência à decisão que garante que Catta Preta pode se manter calada na CPI.

“Estamos atentos e, em se comprovando as ameaças, em se identificando causadores de tal situação, deve haver responsabilização. A lei deve valer para todos”, disse o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinícius Coêlho. “É uma denúncia grave que caberá ao Ministério Público Federal, que conduz as delações premiadas, apurar”, afirmou o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Catta Preta foi a advogada de 12 acusados pela Operação Lava Jato que fecharam acordos de delação premiada. Um deles, o lobista Julio Camargo, disse em depoimento que o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), teria recebido propina de US\$ 5 milhões. A partir daí, diz ela, as ameaças veladas começaram.

E a CPI da Petrobras, supostamente a mando de Cunha, decidiu convocá-la para esclarecer a origem dos honorários recebidos por ela nos acordos de delação premiada. Após isso e devido a outras supostas ameaças a ela e a sua família, a advogada decidiu abandonar a profissão.

Erro

Na Câmara, alguns deputados começaram a admitir o erro em convocar Catta Preta. Bruno Araújo (PSDB-PE) disse que chamá-la para explicar a origem de seus honorários não faz parte do escopo da CPI. O autor do requerimento de convocação, Celso Pansera (PMDB-RJ), porém, chamou de “ridícula” a acusação da advogada. E o presidente da CPI da Petrobras, Hugo Motta (PMDB-PB), afirmou que a convocação de Catta Preta está mantida e que a comissão agora quer saber quem a ameaçou.

CONTINUA

01 AGO 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

PERGUNTAS NÃO RESPONDIDAS

A suposta ameaça a Beatriz Catta Preta deixou uma série de dúvidas:

- Por que as ameaças contra a advogada só teriam começado após o delator Julio Carmargo citar em seu depoimento um pagamento de US\$ 5 milhões em propina para o presidente da Câmara Eduardo Cunha?
- Por que a CPI da Petrobras só demonstrou interesse em questionar os honorários de uma única advogada da Operação Lava Jato?
- O requerimento que pedia a convocação da advogada para prestar esclarecimentos à CPI partiu do deputado Federal, Celso Pansera (PMDB-RJ). Há rumores de que o próprio Cunha teria influenciado a convocação. Quem foi o real autor do pedido?
- Catta Preta falou que recebia ameaças veladas cifradas. Que tipo de ameaças seriam essas?
- A advogada estava à frente da maioria dos acordos de delação premiada da Lava Jato, e era quem tinha mais informações sobre tudo que poderia ser revelado nos depoimentos. Quem mais teria interesse em ameaçar a advogada?

Petrobras recupera mais R\$ 139 milhões

RIO DE JANEIRO
Folhapress

A Petrobras assinou nesta sexta-feira (31) dois termos de recebimento de recursos recuperados pela Operação Lava Jato, num total de R\$ 139 milhões.

O ex-gerente da estatal Pedro Barusco, delator na operação, devolveu R\$ 69 milhões. O dinheiro provinha do caso envolvendo a fabricante de plataformas de petróleo holandesa SBM. O restante vem de contas do ex-diretor de

abastecimento Paulo Roberto Costa, também delator.

Foi a segunda cerimônia de ressarcimento de recursos desviados à estatal. Na primeira, foram devolvidos à estatal R\$ 157 milhões. Ao todo, portanto, o Ministério Público Federal já entregou à companhia R\$ 296 milhões.

O presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, disse que tem esperanças de recuperar todo o valor desviado. Em seu balanço, a empresa contabiliza perdas de R\$ 6,2 bilhões com a corrupção.

Estiveram presentes ao evento o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e o advogado-geral da União, Luiz Inácio Adams.

PRISÕES PRORROGADAS

O juiz federal Sergio Moro prorrogou nesta sexta-feira (31) por mais cinco dias as prisões temporárias do presidente licenciado da Eletronuclear Othon Luiz Pinheiro da Silva e do presidente da AG Energia Flavio Barra. Os dois foram presos pela Polícia Federal na terça-feira (28) durante a deflagração da 16ª fase da Operação Lava Jato, que teve como alvo contratos no setor elétrico do país. "A prorrogação da prisão temporária é, nesse período, imprescindível para evitar concertação fraudulenta de versões entre os investigados, bem como para prevenir fraudes documentais", justificou o juiz.

CONTINUA

Duque negocia delação, mas vira réu em mais uma ação penal

Kelli Kadanus

O juiz federal Sergio Moro aceitou nesta sexta-feira (31) a denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra o ex-diretor da Petrobras Renato Duque, o executivo Júlio Camargo e o empresário João Antônio Bernardi Filho. Eles foram denunciados na quarta-feira (29) pelos crimes de corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro.

O juiz recusou a denúncia contra o empresário Antônio Carlos Briganti Bernardi e a advogada Christina Maria da Silva Jorge, por falta de provas do envolvimento dos dois no esquema.

Segundo a denúncia do MPF, houve favorecimento à empresa italiana Saipem na contratação de obras da Petrobras. O ex-diretor Renato Duque é acusado de receber propina — em dinheiro e obras de arte — para favorecer os italianos. João Bernardi era representante comercial da Saipem do Brasil, subsidiária da empresa italiana Saipem SA. Ele teria oferecido vantagem indevida para Duque para assegurar que a estatal contratasse a empresa italiana para a realização das obras de instalação do gasoduto submarino de interligação dos campos de petróleo Lula e Cernambi.

Segundo os procuradores, os acusados realizavam transações bancárias nas contas da Hayley/SA, offshore uruguaia que mantinha contas na Suíça e que, posteriormente, remetia os valores como simulação de investimentos na sua subsidiária Hayley do Brasil. Por fim, a Hayley do Brasil adquiria obras de arte em seu nome, mas as entregava a Duque como parte da propina.

O advogado de Julio Camargo, Antônio Figueiredo Basto, disse que ainda não teve acesso à denúncia. Os advogados de Renato Duque e João Antônio Bernardi Filho não foram localizados.

Delação

Também nesta sexta, Duque começou oficialmente a negociar um acordo de delação premiada. Preso desde março no Complexo Médico Penal, em Pinhais, o ex-diretor vem demonstrando abatimento. Segundo apurou a reportagem, a família chegou a questioná-lo por que ele continuava a proteger quem estava do lado de fora.

Camargo Corrêa faz acordo para entregar provas de cartel

Kelli Kadanus

A empresa Camargo Corrêa assinou nesta sexta-feira (31) um acordo de leniência com o Ministério Público Federal (MPF) e com a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para entregar provas de formação de cartel para obtenção de contratos na construção de Angra 3. A licitação foi promovida pela Eletronuclear em 2013 e 2014.

A Camargo Corrêa deve entregar provas aos investigadores acerca da participação das empresas Andrade Gutierrez, Odebrecht, Queiroz Galvão, EBE, Techint e UTC no esquema fraudulento.

Segundo as informações e documentos apresentados — que de acordo com o MPF incluem e-mails, agendas de reuniões, extratos de ligações telefônicas e demonstrações de lances e

preços acertados — as empresas reuniram-se em dois consórcios, UNA 3 (formado por Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa e UTC) e Angra 3 (formado por Queiroz Galvão, EBE e Techint), e deliberaram que o consórcio UNA3 seria vencedor dos dois pacotes de licitação e, em seguida, abdicaria de um dos contratos em favor do consórcio Angra 3. Segundo o MPF, os elementos de prova apresentados demonstram que as empresas continuaram a praticar crimes mesmo após a deflagração da primeira fase da Operação Lava Jato, em março de 2014. Os dirigentes das empresas ainda se reuniam para acertar os detalhes da fraude ao menos até setembro de 2014, quando foram assinados os contratos com a Eletronuclear.

01 AGO 2015

GAZETA DO POVO

Justiça aceita denúncia criminal contra ex-donos da Daslu e da Parmalat

A Justiça Federal aceitou denúncia do Ministério Público Federal (MPF) e instaurou processo penal contra gestores da Leap Investments Ltda, ex-controladora da Daslu e da Parmalat. A decisão impede que os acusados continuem atuando no mercado de capitais e que deixem o país sem autorização judicial. O MPF pede a condenação dos administradores Marcus Elias, Flávio Souto, Rodrigo Cunha e Othniel Lopes por sete crimes contra o sistema financeiro, operações fraudulentas no mercado de capitais, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e organização criminosa e desobediência a ordem judicial. Cunha responde ainda por uso de informação privilegiada enquanto Elias responde pelo comando da organização criminosa. Segundo a acusação, os empresários causaram prejuízos de mais de R\$ 2,5 bilhões ao mercado mobiliário e a investidores.

02 AGO 2015

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Oito Voto

O caso da letra "O" 1

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ademar Traiano, foi visto dia destes trafegando por um corredor secreto que dá acesso à sala de audiências da 6ª Vara Criminal, no bairro Santa Cândida. Nada demais se tal corredor não fosse o usado apenas por réus presos – geralmente algemados e conduzidos por policiais armados. Tudo para que eles, os réus, não ofereçam perigo a funcionários e pessoas de bem que circulam pelas áreas comuns do Fórum Criminal.

O caso da letra "O" 2

Soube-se depois que Traiano não era réu, mas autor de uma ação de reparação de danos morais que move contra o secretário municipal de Governo, Ricardo MacDonald Ghisi. O deputado se sentiu ofendido por um reles motivo: em artigo publicado num blog, Ghisi manifestou surpresa com a perfeição literária e gramatical de um texto assinado pelo parlamentar e publicado no mesmo blog. Até então, o secretário suspeitava que Traiano não seria capaz de grafar a letra "o" senão com a ajuda de um copo, escreveu ele.

O caso da letra "O" 3

No meio da audiência – revela uma testemunha – Traiano pediu licença ao juiz Fernando Fischer para atender a uma ligação, embora a regra geral seja a de desligar celulares durante a sessão. O deputado anunciou em voz alta quem, supostamente, estaria do outro lado da linha: "é o presidente do Tribunal de Justiça!", avisou. O juiz concedeu a permissão, mas certamente imaginou que a cena teria sido montada para constrangê-lo.

O caso da letra "O" 4

Sem acordo entre as partes, Traiano saiu sorrateiramente pelo mesmo corredor de réus pelo qual entrara, sem demonstrar a mesma coragem que tivera no dia 29 de abril para manter a sessão da Assembleia enquanto, lá fora, ocorria histórico massacre.

02 AGO 2015

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Por um TRF em Curitiba

O governador **Beto Richa (PSDB, foto)** recebeu, na sexta-feira (31), no Palácio Iguazu, os presidentes da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Antônio César Bochenek, e da Associação Paranaense dos Juizes Federais (Aparufe), Anderson Furlan. Eles pediram ao governador que interceda junto ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, para a implantação de uma sede do Tribunal Regional Federal na capital paranaense. "Sabemos da importância, para o Paraná, da instalação de uma sede do Tribunal Regional Federal e estamos juntos nesta batalha, desde o início", afirmou Richa. "Seria uma grande conquista para o estado. Gostaria de reafirmar o apoio do governo do estado para auxiliar, no que for possível, para que esta demanda seja atendida", declarou o tucano.



O caso

A criação de quatro novos TRFs —em Curitiba, Belo Horizonte, Salvador e Manaus— foi aprovada pelo Congresso por meio de emenda constitucional. A emenda, porém, foi suspensa em 2013 por uma liminar do então presidente do STF Joaquim Barbosa, após uma ação declaratória de inconstitucionalidade. O pedido das associações de juizes federais é que a liminar seja novamente apreciada pelo Supremo.

Revisão prorrogada

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) prorrogou o prazo da revisão biométrica em 36 municípios do estado. O órgão teve que alterar as datas após problemas com o envio dos equipamentos. O prazo foi prorrogado em mais de dois meses em municípios como Almirante Tamandaré, Colombo e Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. Os 36 municípios atingidos pela mudança fazem parte da primeira fase do processo de recadastramento. Até o fim do ano, a fase deve ser encerrada. Mais informações no site www.tre-pr.jus.br.

02 AGO 2015

GAZETA DO POVO

Eles dão o rumo à Operação Lava Jato

Além do juiz Sergio Moro, diversos servidores e instituições atuam nos bastidores para a apuração das denúncias envolvendo principalmente a Petrobras

Kelli Kadanus

Deflagrada há cerca de 500 dias, a Operação Lava Jato colocou em foco o juiz Sergio Moro, responsável pelas ações que correm na 13.^a Vara da Justiça Federal de Curitiba. A opinião pública o transformou em um semideus, acreditando que ele acabará com todos os males da corrupção no país. Nos bastidores, porém, são diversos os nomes e instituições que dão o rumo às investigações da Lava Jato.

Duas instituições trabalham diretamente nas apurações: a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF). A operação teve início através de uma investigação da PF sobre as atividades suspeitas de um posto de combustíveis em Brasília — o Posto da Torre, que pertencia ao doleiro Carlos Habib Chater.

De lá para cá, os investigadores já descobriram um esquema bilionário de desvio de recursos na Petrobras, em contratos de publicidade com a Caixa Econômica Federal e agora

avançam as investigações em direção aos contratos do setor elétrico do país.

Somente na PF, oito delegados são responsáveis pela coleta de provas, investigação de autoria e oitiva de suspeitos e testemunhas. Já no MPF, nove procuradores atuam nas investigações, verificação de inquéritos e oferecimento de denúncias.

Enquanto isso, na Justiça Federal, apenas o juiz Sergio Moro atua no caso, tomando decisões, aceitando ou não as denúncias e cuidando da tramitação das ações penais.

“O juiz não age por impulso próprio. Ele está lá sendo provocado”, explica o professor de Direito Constitucional da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) Antônio Kozikoski. “O juiz não se antecipa na investigação”, completa.

Na prática, isso quer dizer que o juiz não tem o poder de dar os rumos da investigação. Seu papel é agir apenas quando provocado, como quando precisa decidir se atende ou não um pedido da PF de quebra de sigilo fiscal, bancário ou telefônico de um investigado, por exemplo. Os pedidos de prisão também são decididos pela Justiça, através da análise de argumentos utilizados pela PF ou MPF, dependendo do caso.

Outras instâncias

A Lava Jato também já chegou aos tribunais superiores do país. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF) são responsáveis por revisar as decisões da Justiça Federal e do Tribunal Regional Federal, quando provocados por advogados do caso.

O STJ e o STF ainda têm a atribuição de julgar pessoas com prerrogativa de foro, como parlamentares, governadores, secretários de estado e ministros, por exemplo.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

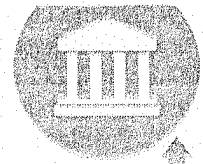
CONTINUAÇÃO

COMO FUNCIONA

Cada instituição tem um papel no decorrer da investigação da Operação Lava Jato, que apura denúncias envolvendo principalmente a Petrobras. Veja como funciona o processo e qual a responsabilidade de cada órgão:

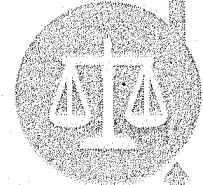
STJ/STF

Instâncias superiores que recebem recursos dos advogados depois de passarem pelo Tribunal Regional Federal. Julgam casos de pessoas com prerrogativa de foro, como os parlamentares.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

Instância superior que recebe recursos dos advogados dos réus insatisfeitos com as decisões da Justiça Federal.



POLÍCIA FEDERAL



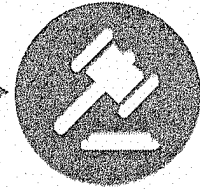
Responsável pela **coleta de provas** e investigação de autoria

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



Responsável pela investigação, **verificação do inquérito** e por provocar o Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL



Responsável pela **tramitação da ação** e por aceitar ou não a denúncia. O juiz pode autorizar quebras de sigilo, prisões, **tomar decisões. Só age quando provocado pela PF ou MPF**

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.



Sergio Moro, em palestra lotada em Curitiba: juiz é o mais lembrado na condução da Lava Jato.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

REPERCUSSÃO

Procuradores e policiais são menos assediados que Moro, aplaudido por onde passa

02 AGO 2015

■ Apesar de não ser o único responsável pelas investigações dos crimes da Lava Jato, o juiz Sergio Moro é o mais assediado pela opinião pública. Não é incomum ouvir que o juiz foi aplaudido em supermercados, restaurantes, aeroportos, livrarias e outros espaços públicos. O mesmo não acontece, por exemplo, com os procuradores do Ministério Público Federal (MPF) ou com os delegados da Polícia Federal (PF), que atuam diretamente investigando os crimes.

"A PF é uma instituição, você tem dezenas de agentes trabalhando, cumprindo os mandados, fazendo as investigações. O MPF também é uma instituição. Eles vão provocando o Judiciário, mas a decisão de aceitar ou não as denúncias é dele [Sergio Moro], e isso o coloca em uma posição de mídia diferenciada", analisa o professor da PUCPR Antônio Kozikoski.

Comparação

De acordo com Kozikoski, para tentar entender o motivo do foco no juiz, é possível fazer um comparativo com a sanção de leis. A criação – muitas vezes – e a aprovação de projetos de lei acontecem no Congresso, mas, por se tratar de uma instituição com centenas de parlamentares, geralmente nenhum deles está no foco das atenções. Já a sanção é feita pela presidente da República, que, por ser uma única pessoa, é mais fácil personalizar. **(KK)**

02 AGO 2015

GAZETA DO POVO

STF libera ex-tesoureiro do PT de dizer a verdade em acareação de CPI

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, liberou na sexta-feira (31) o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, um dos presos do esquema de corrupção da Petrobras, de ter que dizer a verdade durante acareação, na próxima terça-feira (4), a ser realizada pela CPI da Câmara Federal que investiga irregularidades na estatal.

Vaccari foi convocado para um confronto de versões sobre o esquema de corrupção com ex-diretor da Petrobras Renato Duque e Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, executivo da Setal Óleo e Gás (SOG).

Em seu despacho, o ministro do STF atendeu ao pedido de Vaccari para "ser assistido por advogado, não ser obrigado a assinar o termo de compromisso de dizer a verdade, sem sofrer com isso qualquer medida privativa de liberdade; e não se auto incriminar".

COLUNA DO LEITOR

Operação Lava Jato 1

Quando soube que a advogada havia renunciado à defesa dos clientes da Lava Jato estranhei. Advogados que atuam na área penal normalmente estão preparados para conviver num mundo diferente do normal. Ainda mais os que são especialistas na área da delação premiada. Há muito a ser explicado nesse caso e especialmente investigado, sob pena de uma mácula perene sobre a advocacia.
Ricardo Romanelli Filho, advogado, Pinhais - PR

Operação Lava Jato 2

A presidente Dilma disse que as dificuldades na economia brasileira eram por causa das investigações da Operação Lava Jato. Não seriam pelos desvios executados por corruptos disfarçados de empresários, políticos e até membros do governo que encheram suas contas bancárias por meio da corrupção na Petrobras e outras estatais? Nossas empresas públicas se tornaram o paraíso da corrupção. Mas, em breve, as investigações chegarão a todos os responsáveis pelos desmandos e tudo começará a melhorar. Que vençam os honestos deste país.

Waldir Mattos, professor

Sérgio Moro

Concordo com Cláudio Slaviero no artigo "Rui Barbosa tinha razão?" (*Gazeta*, 31/7). Nosso problema está em saber qual o limite da honestidade dos homens públicos brasileiros. Há uma falsa moral em muitos dos que estão no poder insuflando os desavisados contra aqueles que ainda mantêm a ética e a retidão em suas ações. Por isso é importante que as pessoas de bem prestem seu apoio incontestes ao juiz Sérgio Moro.

Roberto Balbela

GAZETA DO POVO

Fortalecer as instituições

03 AGO 2015

Os sucessivos escândalos de corrupção não podem servir de pretexto para colocar em descrédito as instituições democráticas, ou para julgá-las desnecessárias

A 16.ª fase da Operação Lava Jato, deflagrada na semana passada, serviu para mostrar que o esquema de corrupção não se restringe à Petrobras. A força-tarefa abriu uma nova frente de trabalho que mostra que condutas ilícitas envolvendo empreiteiras se estenderam também para empresas públicas do setor elétrico. Esse desdobramento da Lava Jato, que foi chamado de Operação Radioatividade, é mais uma das denúncias que vão se somando a cada semana, há mais de ano, desde que a Polícia Federal e o Ministério Público iniciaram as primeiras prisões em março de 2014. De lá para cá, as instituições vão pagando injustamente o preço dos atos de agentes políticos envolvidos nas denúncias do petrolão.

Explica-se. Parte da população abraçou fortemente a ideia de rejeição à política tradicional. Esse sentimento é, em grande parte dos casos, direcionado equivocadamente contra as instituições democráticas, em vez de ser canalizado aos indivíduos acusados na operação. Há até quem manifeste nas redes sociais saudade do regime militar e diga que as instituições perderam a credibilidade.

É necessário desfazer esse equívoco. Em primeiro lugar, é preciso separar as instituições dos agentes públicos e parlamentares que estão envolvidos direta ou indiretamente nas denúncias da Lava Jato. As instituições, felizmente, permanecem sólidas. São elas, neste exato momento, as responsáveis pela necessária correção de rumos nas estatais e no ambiente político brasileiro.

O Poder Judiciário tem funcionado de forma exemplar, sem interferências indevidas de outros poderes. O mesmo pode-se dizer do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, cuja atuação conjunta tem apresentado resultados extraordinários. De forma semelhante, o Tribunal de Contas da União está prestes a apreciar as contas do governo federal sem se deixar levar por pressões de quaisquer natureza.

As acusações decorrentes da Lava Jato dizem respeito a políticos e a dirigentes de partidos, não aos poderes e órgãos da República. Ter isso em mente evita equívocos que são propagados pelos próprios acusados de envolvimento na Lava Jato.

Por outro lado, alguns comportamentos de importantes membros da classe política contribuem para confundir os cidadãos. O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), acusa o governo federal de ordenar ao Ministério Público que o incluísse nas investigações, como forma de vingança. O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), chegou a afirmar que os métodos usados pela Polícia Federal estariam beirando a intimidação. A presidente Dilma Rousseff também dá sua quota de contribuição, atacando os acordos de delação premiada que foram ratificados pela Justiça.

Declarações como essas contribuem para dar a aparência de que o sistema democrático está em crise, quando, pelo contrário, ele está funcionando perfeitamente. A crise é de comportamentos individuais muito bem articulados, envolvendo lideranças partidárias, parlamentares e ocupantes de outros cargos públicos. A crise não é de instituições. O papel da sociedade é de apoiá-las, a fim de permitir que os esquemas de corrupção nas estatais sejam varridos do país, não para baixo do tapete.

03 AGO 2015

GAZETA DO POVO

CARLOS ALBERTO DI FRANCO

Impeachment não é solução

Muitos leitores, aturdidos com a extensão do lodaçal que se vislumbra em cada novo capítulo da Operação Lava Jato, manifestam profundo desalento e o crescente desejo de que a presidente da República deixe o cargo. Sem ela, pensam com certo toque de ingenuidade, o Brasil seria outro. Entendo o sentimento. Impõe-se, no entanto, um olhar de racionalidade. Dilma Rousseff é uma peça pequena da engrenagem controlada pelo ex-presidente Lula. Ele, sim, é o grande responsável pela crise econômica, política e moral que assola o país e sequestra a esperança de milhões de brasileiros.

O impedimento é um processo extremo, traumático, imprevisível. E o pós-impeachment só beneficia um lado: o de Lula e do PT. Passam de viração a estilingue. Numa boa. O sucessor de Dilma vai receber um baita abacaxi. Passará todo o mandato lutando contra os efeitos da incompetência de Dilma Rousseff. Será fustigado pelo lulopetismo. Finalmente, em 2018, se conseguir escapar da magnífica varredura do juiz Sérgio Moro, Lula, com cara limpa e banho tomado, se apresentará como salvador da pátria. É isso que você quer, amigo leitor? É isso que pretendem os organizadores da passeata do dia 16?

Dilma Rousseff, com sua incompetência, despreparo e arrogância, fez o estrago. Pois bem, ela que se encarregue de segurar o rojão. Dilma está tentando. O ajuste fiscal é incontornável. E o que faz a oposição? Vota contra. É uma vergonha! O Congresso Nacional, não o de Renan Calheiros e Eduardo Cunha (que serão oportunamente enquadrados pela Justiça), tem importante papel de contraponto aos excessos do Executivo. Uma presidente limitada é uma coisa. Outra, bem diferente, é a cassação do seu mandato. Não pagará a conta e cairá como vítima. É isso que você quer, amigo leitor? É isso que pretendem os organizadores da passeata do dia 16?

O Brasil não vai encontrar seu eixo com o impeachment de Dilma. O que realmente importa é apoiar a grande virada que começou com o julgamento do mensalão e avança com a Operação Lava Jato. O que você, leitor, pode fazer para contribuir para a urgente e necessária ruptura do sistema de privatização do dinheiro público que se enraizou nas entranhas da República? Em primeiro lugar, pressionar as autoridades. O STF, por exemplo, deve sentir o clamor das ruas. Julgar os políticos envolvidos no petróleo não é uma questão de filigranas processuais. É um dever indeclinável. A corte suprema pode dar o primeiro passo para a grande virada. Se políticos e governantes, responsáveis pela instalação de uma rede criminoso no coração do Estado brasileiro, pagarem por seus crimes, sem privilégios e imunidades, o país mudará de patamar.

Em segundo lugar, exija de nós, jornalistas, a perseverança de bulldogues. É preciso morder e não soltar. Os meios de comunicação existem para incomodar. Resgato hoje, neste espaço opinativo, uma sugestão editorial que venho defendendo há anos. Vamos inaugurar o Placar da Corrupção. Mensalmente, por exemplo, a imprensa exporia um quadro claro e didático, talvez um bom infográfico, dos principais escândalos. O que aconteceu com os protagonistas da delinquência? Como vivem os bandidos do colarinho-branco? Que lugares frequentam? Que patrimônio ostentam? É fundamental um mapeamento constante. Caso contrário, estoura o escândalo, o político cai, perde poder, mas vai para casa com a dinheirama. Depois, de mansinho, volta ao partido e retorna às benesses do poder, apoiado pela força da grana e do marketing. É preciso acabar com isso. A imprensa precisa ficar no calcanhar dos criminosos.

Uma democracia constrói-se na adversidade. O Brasil, felizmente, ainda conta com um Ministério Público atuante; uma Polícia Federal republicana; um Judiciário, não obstante decepções pontuais, bastante razoável; e uma imprensa que não se dobra às pressões do poder. Chegou a hora de a sociedade civil mostrar sua cara e sua força. O Brasil pode sair desse pântano para um patamar civilizado. Mas, para que isso aconteça, com a urgência que se impõe, é preciso que os culpados sejam punidos.

03 AGO 2015

GAZETA DO POVO

BESSA

Desgraça de uns...

Familiares de presos pela Operação Lava-Jato estão garantindo a ocupação de alguns hotéis estrelados da cidade. Pelo menos dois deles receberam na semana passada parentes e advogados dos executivos das empreiteiras Odebrecht e Andrade Gutierrez. Em um dos hotéis, familiares foram vistos chorando pelos corredores. Restaurantes badalados também estão na mira dos visitantes.

...

No sábado, um deles, de cozinha italiana, recebeu um grupo de familiares de um dos executivos detidos, com direito a seguranças na porta.

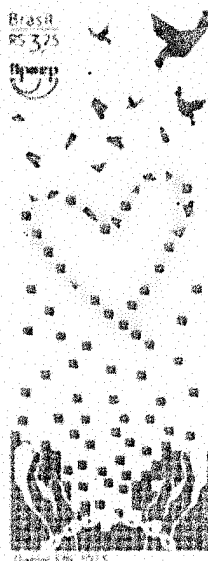
03 AGO 2015

GAZETA DO POVO

ENTRELINHAS

Tráfico de pessoas

A luta contra o tráfico de pessoas é o novo tema de selos dos Correios. A série especial é uma parceria com a União Postal das Américas, Espanha e Portugal (Upaep). Selos de todo o mundo devem fazer parte da campanha. As publicações trazem mãos atadas por correntes que se desfazem, o que significa a libertação das vítimas do tráfico humano. O coração azul simboliza o enfrentamento a essa prática; os pássaros azuis representam a esperança. A tiragem é de 900 mil unidades. O valor é de R\$ 3,25 por selo. Pode ser adquirido em www.correios.com.br/correiosonline, nas agências e na central de vendas a distância.



Livro retrata com poesia a "batalha do Centro Cívico"

Nesta terça-feira (4) a Editora Patuá lança o livro "29 de Abril: o verso da violência". A obra é uma antologia poética em que poetas como Alvaro Posselt, Ademir de Marcho, Homero Gomes, Marcelo de Angelis, Ivan Justen Santana, Luciana Cañete, Marcelo Sandman e Adriane Garcia e outros escrevem textos que

têm como tema a violenta ação policial contra a greve dos professores no centro Cívico de Curitiba ocorrida em 29 de abril. Organizado por Silvana Guimarães, Mar Becker, Domenico A. Coiro e Priscila Merizzio, o livro digital será lançado em uma página criada na rede social Facebook com o nome do livro. Além dos poemas, traz depoimentos gravados de escritores como Alice Ruiz e de professores que foram feridos nos combates naquele dia e fotografias.

RUY BARROZORUY BARROZO



Publicado 2 de agosto de 2015 às 20h39

Ministro Lewandowski lança projeto de Audiência de Custódia no Paraná

O presidente do Supremo Tribunal Federal – STF e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, Ricardo Lewandowski, esteve no Tribunal de Justiça do Paraná – TJPR, nesta sexta-feira, para o lançamento oficial do Projeto de implantação das Audiências de Custódia no estado.

A solenidade foi conduzida pelo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná – TJPR, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos.

Logo após o ato, foram firmados o Termo de Adesão ao Projeto pelo Governo do Estado e pelo Tribunal de

CONTINUA

03 AGO 2015

CONTINUAÇÃO PARANÁ PORTAL

Justiça e o Termo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional de Justiça, o Ministério da Justiça e o Instituto de Defesa do Direito de Defesa, visando à efetiva implantação do Projeto de Audiência de Custódia.

Ao fazer uso da palavra, o presidente da Corte, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, agradeceu a presença de todos e disse da satisfação de participar “desse grande momento, dessa grande meta que também tenho certeza, é de todo cidadão brasileiro”.

O desembargador falou também da relevância desse Projeto para o povo paranaense.

“Este momento senhor presidente do Supremo é realmente muito importante para nós deste grande Estado. Tenho certeza de que não só a Cúpula do Tribunal, mas todos os desembargadores, a magistratura toda,

CONTINUA

inclusive os servidores deste Tribunal estão empenhados de uma forma muito efetiva no sentido de se implantar esse Projeto de Audiência de Custódia no Estado do Paraná. Então quero deixar registrado, senhor presidente e autoridades que compõem essa mesa, colegas desembargadores, juízes e servidores deste Tribunal, que vamos nos empenhar para que esse projeto se realize. Estamos preparando um belíssimo prédio, um complexo maravilhoso com uma boa estrutura, gabinetes para os promotores, juízes, defensores, advogados, médicos peritos, escrivão e toda a logística necessária para se concretizar a normatização do projeto”, enfatizou o presidente.

De acordo com o ministro Ricardo Lewandowski (foto): “Hoje é um dia extremamente auspicioso não só para o Paraná mas para o Brasil. Estamos dando um primeiro passo no sentido de

apagar uma nódoa que mancha a história institucional do Brasil. O Brasil é o 4º país que mais encarcera pessoas no mundo. Temos hoje no Brasil cerca de 600 mil detentos no sistema prisional atual e o que é pior, 40% dos detentos são presos provisórios, equivalendo ao número de aproximadamente 240 mil encarcerados. Esta é uma nódoa, esta é uma mancha que neste momento, graças à compreensão do desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, presidente desta egrégia Corte e de seus eminentes pares nós começamos a apagar definitivamente, aqui no Paraná, e a partir de agora nos demais Estados brasileiros. O ministro disse ainda que “é grande a responsabilidade da Corte e dos juízes paranaenses para que nós possamos dar esse salto qualitativo importante, no que diz respeito não só a concretização

dos direitos fundamentais de cidadania, mas também para garantir dentro daquele papel que nos toca, a higidez do erário. Muito obrigado. Desejo aos magistrados do Paraná muito êxito nessa iniciativa”, finalizou.

Após a cerimônia, foi realizada oficialmente na sala 108 do Tribunal a 1ª audiência de Custódia, presidida pelo juiz de Direito Eduardo Lino Bueno Fagundes, com a participação do promotor de Justiça Maurício Cirino dos Santos e do Defensor Público Maurício Faria Júnior.

O Projeto piloto de Audiência de Custódia funcionará efetivamente a partir de outubro de 2015, no Centro de Audiências de Custódia, local que vem sendo estruturado adequadamente para sua execução.

Compuseram a mesa de honra o presidente do Tribunal de Justiça do

Estado do Paraná, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos; o presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Ricardo Lewandowski; o governador do Estado do Paraná, Beto Richa; a secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social, Fernanda Richa, o presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, deputado Ademar Traiano; o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Edson Fachin; o Procurador-Geral do Estado do Paraná, Paulo Sergio Rosso; o presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná – 9ª Região, desembargador Altino Pedrozo dos Santos; o presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa, Augusto Arruda Botelho Neto.

Estavam também presentes: o 1º vice-presidente do TJPR, desembargador Renato Braga Bettega; o 2º vice-presidente, desembargador Fernando

Wolff Bodziak; o corregedor-geral da Justiça, desembargador Eugênio Achille Grandinetti; o corregedor da Justiça, desembargador Robson Marques Cury; o presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, Frederico Mendes Junior; a Corregedora da Polícia Federal no Estado do Paraná, Delegada Rosicleya Baron de Albuquerque Barradas; o secretário de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Leonildo de Souza Grota; o secretário de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária, Wagner Mesquita de Oliveira; representando a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná, José Carlos Cal Garcia Filho, demais desembargadores, magistrados e servidores do TJPR.

O Projeto

O Projeto Audiência de Custódia, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ prevê a apresentação,

03 AGO 2015

PARANÁ PORTAL

CONTINUAÇÃO

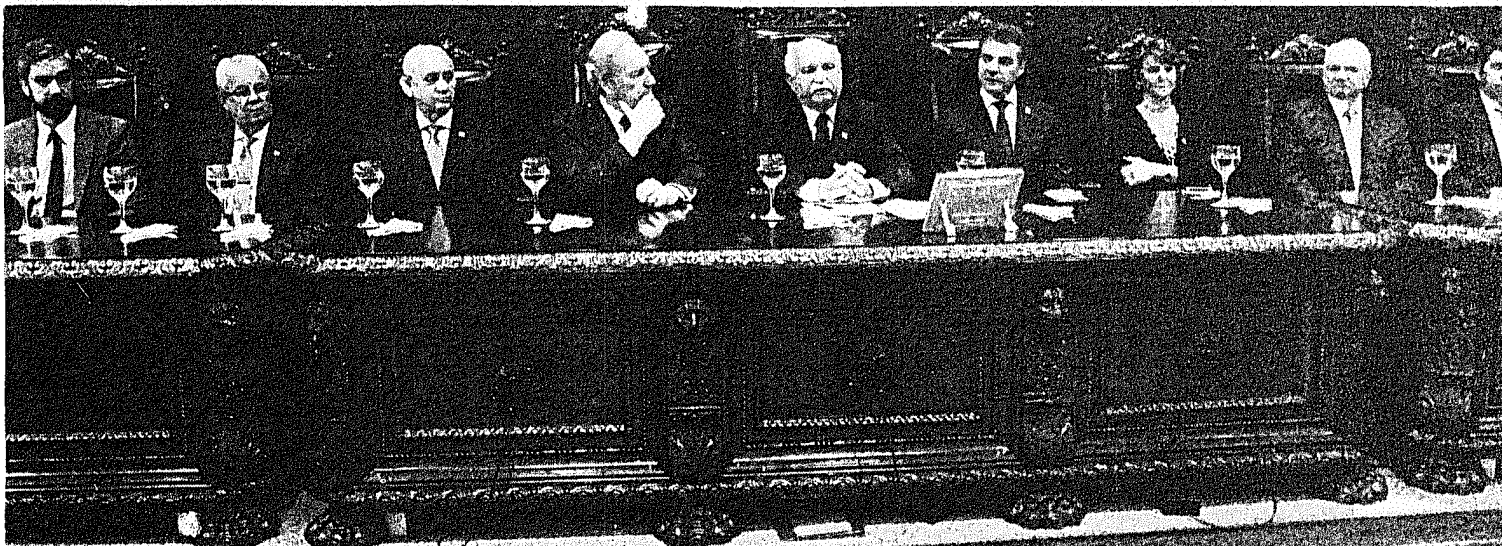
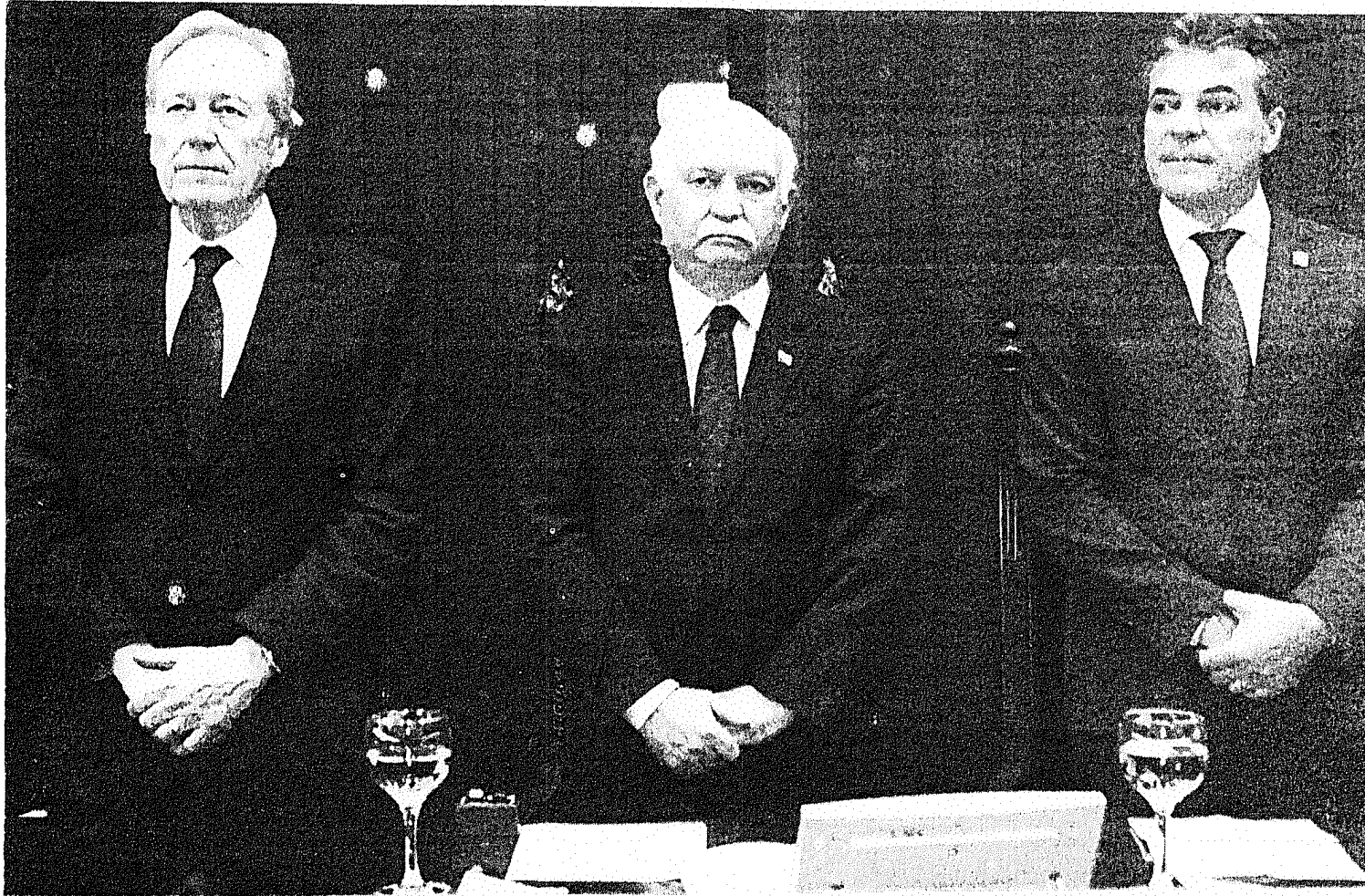
em 24h, de toda a pessoa presa em flagrante a um magistrado, que irá avaliar se o cidadão precisa continuar preso, aguardar o julgamento em liberdade ou ainda, adotar medidas cautelares, como o monitoramento por tornozeleira eletrônica.

CONTINUA

03 AGO 2015

PARANÁ PORTAL

CONTINUAÇÃO



01 AGO 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Estados tentam usar R\$ 21 bi para custeio

Planalto espera acordo com governadores para definir liberação de depósitos judiciais

Lisandra Paraguassu
Rafael Moraes Moura/BRASÍLIA

O Palácio do Planalto espera uma decisão dos governadores até a próxima terça-feira sobre o projeto de lei complementar que libera R\$ 21,1 bilhões em depósitos judiciais para os Estados. A presidente Dilma Rousseff pretendia anunciar a sanção da proposta na reunião de anteontem com os chefes dos Executivos estaduais, mas os próprios governadores questionam o artigo que hierarquiza como os gestores podem gastar os recursos.

Com dificuldades de caixa, os governos estaduais querem usar os recursos para pagar contas de custeio, como folha de pagamento, aposentadorias e manutenção de serviços públicos básicos. A ideia é que os governadores cheguem a um consenso para orientar a decisão da presidente, que tem até a próxima quarta-feira para definir sua posição sobre a matéria.

Asanção da proposta, apresentada pelo senador José Serra (PSDB-SP), é um afago do Planalto aos governadores, em troca de apoio para evitar a aprovação de pautas-bomba em tramitação no Congresso Nacional. No entanto, ela não agrada totalmente à equipe econômica. Os R\$ 21,1 bilhões estão hoje depositados no Banco do Brasil para operações de crédito e, mais do que isso, po-

dem ser segurados para garantir parte da meta do superávit primário (economia para o pagamento de juros da dívida). Ainda assim, a decisão da presidente foi a de sancionar a lei, desde que os governadores cheguem a uma conclusão de como deve ser feito.

Auxiliares da presidente disseram ao **Estado** que à União não importa a maneira que esses recursos serão gastos. O projeto de Serra dá preferência para o pagamento dos precatórios, depois às dívidas da previdência e então aos investimentos. A maior preocupação dos governadores são as despesas regulares de custeio em um momento de queda brusca de arrecadação e de retração na economia. Não há, no entanto, um consenso sobre como mexer nessa hierarquia. O artigo não pode ser vetado porque o projeto ficaria incompleto. Também não é possível regular o tema com uma medida provisória. “Está sendo formada uma comissão para, nos próximos dias, chegar-se a uma conclusão sobre isso”, disse ao **Estado** o governador do Pará, Simão Jatene (PSDB).

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, informou que a tendência do governo é sancionar e “manter o projeto de lei complementar na sua essência”, mas ressaltou que falta definir “algumas questões técnicas”. “Cada

Estado é um Estado, é difícil fazer uma fórmula que sirva pra todo mundo. Todo mundo quer ter segurança”, comentou Levy, ao deixar a reunião. Levy admitiu que para o governo era melhor vetar a proposta, já que haverá impacto negativo no superávit primário, mas reconheceu que os governadores se sentem “asfixiados” com as despesas obrigatórias e reclamam não ter recursos para investimentos.

Financiamentos. O governo também estuda uma forma para liberar as operações de crédito no exterior para Estados e municípios, outra reivindicação dos governadores. Apesar de Dilma ter prometido que isso será feito, a liberação não será geral. Apenas Estados que têm uma boa situação fiscal poderão contrair esses empréstimos, já que há impacto direto na meta de superávit primário. Existe também a possibilidade de que sejam liberados os recursos para obras que já estejam em andamento. O governo ainda vai analisar, caso a caso, quem poderá ter as operações autorizadas.

0 1 AGO 2015

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Meio titular

Uma decisão por sorteio, a do desembargador **Newton Trisotto**, para relator da Lava Jato no STJ está causando incômodo a alguns ministros da corte. Trisotto é um interino, e há quem entenda – a começar por **Luis Felipe Salomão** – que o caso é importante demais e não convém que fique nas mãos de alguém que está ali de passagem. O melhor seria acabar com os interinatos.

E por que eles existem? Foram a saída encontrada diante da demora de **Dilma** em preencher as vagas.

Meio titular 2

Trisotto, convocado em 2014, fica no posto até que **Dilma** aponte o titular entre **Marcelo Navarro**, **Joel Pachionik** e **Fernando Quadros**. Ele tem referendado, na prática, todas as decisões de **Sergio Moro**. Entre outras, negou dois habeas corpus – a **Renato Duque** e a **Agenor Medeiros**, da OAS.

01 AGO 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça afasta o investidor Marcus Elias do mercado

Denunciado por fraudes que teriam provocado prejuízos de R\$ 5 bi, Elias está proibido de exercer atividade de natureza econômica

Fausto Macedo
Julia Affonso

A Justiça Federal em São Paulo afastou o investidor Marcus Alberto Elias do mercado financeiro. A decisão judicial acolhe representação da Procuradoria da República em ação contra Elias por supostos crimes que teriam causado lesão ao mercado financeiro, ao mercado de capitais e aos investidores a partir de operações supostamente fraudulentas com títulos emitidos pela offshore Laep Investments, que foi dona da Parmalat e da Daslu.

Os prejuízos são estimados em R\$ 2,5 bilhões e podem chegar a quase R\$ 5 bilhões se somados captações indiretas, danos acumulados e impostos devidos, segundo a Procuradoria. A suspensão é temporária 'do exercício da atividade de natureza econômica ou financeira'. Marcus Elias também está proibido de deixar o País sem comunicação prévia à Justiça. Os crimes atribuídos a ele, segundo o Ministério Público Federal, ocorreram entre 2007 e 2014.

A denúncia criminal contra Elias é de autoria da procuradora da República Karen Kahn. As informações foram divulgadas, ontem, pela assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal em São Paulo.

A Justiça Federal aceitou a de-

núncia e instaurou processo penal contra os gestores da Laep Investments Ltda., por crimes contra o mercado de capitais e sistema financeiro, lavagem de dinheiro, organização criminosa. São acusados também Flávio Silva de Guimarães Souto, Rodrigo Ferraz Pimenta da Cunha e Othiniel Rodrigues Lopes, na função de administradores da empresa.

A denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal pede a condenação dos quatro por sete crimes contra o sistema financeiro, operações fraudulentas no mercado de capitais, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e organização criminosa e desobediência a ordem judicial. Rodrigo Cunha responde ainda por uso de informação privilegiada e Marcus Elias pelo comando da organização criminosa.

A offshore foi criada em 2006 por Marcus Elias, com sede nas Ilhas Bermudas. Na qualidade de empresa estrangeira, obteve, com o uso de documentação "insubsistente", segundo o MPF, registro junto à Comissão

de Valores Mobiliários (CVM) para atuar no mercado de capitais brasileiro com títulos denominados Brazilian Depositary Receipts (BDRs), que são ativos financeiros que comprovam a existência de ações de empresas de outros países.

A acusação sustenta que a emissão dos BDRs em nome da Laep foi amparada em documentos forjados para não se submeter à legislação nacional, inclusive a Lei das SA. Mesmo tendo sede na Ilhas Bermudas, a empresa possuía todos os seus ativos no Brasil, onde também seus controladores, administradores e escritórios estão sediados. Além disso, os títulos emitidos não tinham lastro em ação da empresa listada em alguma bolsa de valores.

Minoritários. Ao lançar os títulos no mercado, os denunciados fizeram uso de fatos relevantes falsos ou prejudicialmente incompletos, além do uso indevido de informação privilegiada, para estimular o investimento na empresa. A descoberta das fraudes culminou numa desvalorização de 99,9%. Os maiores afetados foram os acionistas minoritários, que criaram a Associação Brasileira dos Investidores em Mercado de Capitais (Abrimec), para defender os interesses dos que foram lesados.

● Paraíso fiscal

Laep tinha sede nas Ilhas Bermudas, mas operações no Brasil. Documentos fraudados teriam provocado maior perda já registrada na BM&FBovespa aos donos de BDRs da empresa.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

01 AGO 2015

Além da captação fraudulenta de recursos dos investidores no mercado imobiliário, a administração da Laep praticou desvios e lavagem de valores, na forma de administração piramidal, finalizando na apropriação e aquisição de bens em favor dos próprios denunciados e seus familiares. A gestão criminosa resultou na bancarrota da companhia, hoje em liquidação judicial nas Bermudas, bem como das próprias empresas investidas pela Laep, que jamais se recuperaram, afirma o Ministério Público Federal.

Inicialmente, a procuradora da requereu a prisão preventiva de Elias, Souto, Cunha e Lopes. Ela apresentou também pedido subsidiário de suspensão temporária de Elias e dos outros citados de atuação no mercado financeiro. A decisão judicial se estende a todos.

Ao afastar Elias e os outros das atividades no mercado, a Justiça – amparada nas mudanças recentes no Código de Processo Penal –, considerou que, se os acusados continuam a operar ilicitamente, as medidas alternativas à prisão, propostas pelo MPF, mostram-se suficientes para proteger o sistema financeiro – uma vez que os denunciados ficam alijados de sua atuação nesse setor e não teriam como dar prosseguimento a expedientes fraudulentos.

A Justiça considera que a prisão preventiva dos acusados só pode ser decretada quando houver risco concreto às ordens pública e econômica, aplicação da lei penal e instrução processual. Tratando-se de fatos já consumados, a prisão preventiva não teria utilidade.

A Procuradoria sustenta que “ações fraudulentas empreendidas pelos denunciados geraram um prejuízo de cerca de R\$ 2,5 bilhões ao mercado financeiro, ao mercado de capitais e aos

investidores, como fruto das ilegais captações diretas realizadas no âmbito da Bolsa de Valores”. “Somado a isso, como captação indireta, a Laep obteve um aporte de R\$ 700 milhões do BNDES”, diz a denúncia.

A Procuradoria apurou mais de um R\$ 1,8 bilhão de prejuízo acumulado, sem contar com R\$ 1,2 bilhão de tributos inscritos na dívida ativa entre impostos federais e estaduais. A soma de todas estas perdas gerou um prejuízo global de mais de R\$ 4,9 bilhões, segundo o Ministério Público Federal.

A Procuradoria afirma que “resta cristalino” que Elias e os outros denunciados “seguem se alternando no comando de diversas empresas ligadas à Laep, justamente para dificultar sua identificação e atuação na movimentação de valores ilícitos e de empresas de fachada”.

Ainda segundo a acusação, Elias e os outros três “continuam, por meio de tais manobras societárias, a lesar o mercado de valores mobiliários e financeiro brasileiros, pela atuação forjada da Laep e sua indução a erro do mercado investidor, interessado na aquisição de empresas coligadas à Laep, que, aparentemente, operam no mercado de capitais sob o manto da legalidade, mas que, ao final, restam quebradas”.

O criminalista Antônio Sérgio de Moraes Pitombo, que defende o investidor, disse que ainda não teve acesso aos autos. Afirmou, no entanto, que Marcus Elias fez uma “dezena” de pedidos para ser ouvido pela PF, MPF e pela Justiça. “Não queriam antes lhe dar a palavra para o teatro do absurdo da CVM não fechar as cortinas sem público e sem elenco. Logo, o pedido de prisão se mostra de todo incabível.” O advogado vai recorrer.

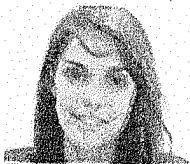
02 AGO 2015

O ESTADO DE S. PAULO

A próxima vítima

Para antropóloga, violência sexual persiste porque ensinamos as mulheres a se protegerem, mas nunca os homens a não estuprar

ENTREVISTA



DIVULGAÇÃO

BEATRIZ ACCIOLY
ANTROPÓLOGA E
PESQUISADORA DO NÚCLEO
DE ESTUDOS SOBRE
MARCADORES SOCIAIS DA
DIFERENÇA, DA FFLCH/USP

Paula Sacchetta

Trinta e cinco mulheres vestidas de preto, com idades entre 44 e 80 anos e uma lembrança em comum: elas teriam sido estupradas pelo comediante Bill Cosby entre 1960 e 2000. Dentre aquelas que contam sua história na matéria "Cosby: As Mulheres, uma Irmandade Indesejada", tema de capa da revista *New York Magazine*, estão as atrizes Beverly Johnson e Lili Bernard e a modelo Janice Dickinson, ao lado de outras modelos, atrizes, jornalistas, esportistas e até colegas de trabalho de seu programa de TV, *A Hora de Bill Cosby*.

Em 2005, Andrea Constand, antiga estrela do basquete, denunciou que havia sido abusada por Cosby quando trabalhava no departamento atlético da Universidade de Temple, na qual ele fazia parte do conselho curador. Ela afirmou ter sido drogada e, ao ficar inconsciente, apalpada e penetrada por ele. Depois de sua denúncia, uma advogada também foi à televisão:

afirmava ter sido estuprada por Cosby trinta anos antes. Logo apareceram outras mulheres dizendo coisa parecida, mas seus depoimentos, à época, não foram levados a sério e os casos, logo esquecidos. No mesmo ano, face a face com a polícia, Cosby assumiu que usava o sedativo quaaludes para manter relações sexuais com algumas mulheres. Mas afirmou que era sempre com o consentimento delas.

Tâmara Green, uma das fotografadas na *New York Magazine*, disse que até hoje as pessoas perguntam "mas por que você não procurou a polícia? Andrea foi à polícia em 2005, como foi para ela?". "Não serviu de nada. Em 2005, Bill Cosby tinha o controle da mídia", responde. O ator, que encarnou o ginecologista Doctor Cliff nos anos 1980, gozava de grande popularidade e chegou a ser chamado de "pai da América" por causa de uma série de TV na qual era o pai de uma família. "Em 2015, nós temos as redes sociais. Não podemos ser desaparecidas. Está online e nunca mais vai embora", afirma Tâmara.

CONTINUA

Na mesma semana em que a *New York Magazine* encampava essa capa, o Instituto Patrícia Galvão divulgou para jornalistas o *Dossiê Violência contra as Mulheres*, disponível no site <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossiê/> a partir de quarta-feira, dia 5. Feito com o apoio do Fundo Social Elas, em parceria com o Instituto Avon, o dossiê pretende ser acessível, tem ferramenta de busca facilitada e apresenta mais de cem nomes de fontes – especialistas que podem ser consultados e entrevistados. No geral, levanta as várias formas de violência contra a mulher, como a doméstica e a familiar, a sexual e o feminicídio, e chega à conclusão de que o tema está em pauta, é divulgado, mas não contextualizado. Aparece como crime nas páginas do dia a dia, porém em cima de fatos apenas, e não relacionando a questão com o problema social. Passa-se ao largo, em resumo, da origem e do porquê da violência.

Beatriz Accioly Lins, uma das colaboradoras do trabalho, doutoranda em antropologia social da USP e membro do Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença (Numas), também da USP, está na lista das fontes. Tem seu foco na violência contra as mulheres em tempos de internet. Nesta entrevista, ela busca explicar o que leva as vítimas a se silenciarem diante do estupro, como as redes sociais podem ajudá-las a enfrentar esse trauma e fazer justiça e como, no entanto, existem novas formas de violência contra a mulher que se dão exatamente no ambiente virtual.

● **Começamos a semana com a capa da 'New York Magazine' denunciando estupro de Bill Cosby que teriam ocorrido por quatro décadas, desde os anos 1960. A que se deve todo esse tempo de silêncio?**

Cosby é uma figura importante nos Estados Unidos. É um ator e comediante muito conhecido, fez uma série de TV na qual era pai de uma família inteiramente negra. Mas, independentemente da fama ou não do estupro, é generalizada a subnotificação quando se trata de violência sexual. Ela acontece muito mais do que é registrada em boletins de ocorrência e acontece muito mais do que nos contam. Uma prima pode ter sido estuprada e não falou, uma amiga pode ter sido estuprada e não falou, principalmente porque existe a prática compartilhada pela sociedade de culpar a vítima ou duvidar do relato dela: “mas será que foi assim mesmo, será que ela não fez nada nem se colocou naquela situação?”. Quando as primeiras vítimas de Cosby falaram e fizeram suas denúncias, ele estava no auge do estrelado, era muito querido nos Estados Unidos e elas eram, em sua grande

maioria, muito jovens. Ele acabou tendo mais credibilidade do que elas. Devia se pensar algo do tipo “ele é famoso e pode ter a mulher que quiser, porque vai dopar alguém e fazer isso?”. E a reação social a elas

era sempre a mesma: “mas tal moça tinha interesse, era aspirante à atriz, ele poderia ajudar a alavancar sua carreira, foi de saia curta, se colocou naquela situação” ou ainda “será que ela não topou, se arrependeu depois e agora está dizendo isso?”

No caso dessas denúncias, a fala da vítima é sempre colocada em xeque. O que define se alguém é vítima de estupro acaba sendo o comportamento da vítima, e não o do estupro. Além disso, a mulher que passa por uma violência sexual leva um tempo para reconhecer aquilo como violência e para admitir isso para si mesma. Quando aparece uma que fala, vão vindo memórias, outras começam a se reconhecer naquelas histórias e, então, decidem falar. Uma ou duas tiveram a coragem de se “expor”, porque é assim que a vítima é vista e avaliada.

● **Você acredita que as redes sociais, as mesmas que servem para difundir violência de gênero, serviu a essas mulheres, de alguma forma, para fazerem essa denúncia tanto tempo depois?**

Podemos pensar as redes sociais e a internet com uma dupla faceta. De um lado ela permite que se perpetuem essas violências e que surjam novas formas, como a pornografia de vingança, de que falamos no dossiê. Ela pode ser definida como o compartilhamento de fotos e vídeos íntimos na internet sem autorização de todos os envolvidos ou com o propósito de causar humilhação à vítima. De outro lado, no entanto, permitiu que essas mulheres se encontrassem e tivessem voz. Só a internet não é suficiente para lidar com a questão, mas serviu para unir essas pessoas e informar outras. A mulher entra em contato com termos e categorias, ouve outras dando relatos parecidos e acaba se sentindo segura e apoiada, troca formas de se proteger, encontra blogs e pessoas falando sobre o assunto. A internet, assim, cria espaços de proteção, mas é ambivalente porque cria espaços de violência também. A internet e as redes sociais são só um instrumento. Dependem do uso que fazemos delas.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

● Por que uma só não bastou para fazer a denúncia? Se é um grupo, 35 mulheres, aí sim ele é considerado estupro?

Como olhar para isso?

Pelo que acompanho desse caso, mesmo quando o número de denúncias começou a crescer, ainda se duvidava muito das mulheres. Quando a primeira falou, foi um efeito bola de neve, outras falaram, mas mesmo assim seus shows de stand-up comedy continuavam lotados. O número é significativo pelo impacto, mas nem assim fez virar o jogo para que acreditassem que ele fosse culpado. Em crimes em geral, tendemos a acreditar em quem está acusando, mas com a violência sexual ocorre exatamente o contrário. Tende a se duvidar do denunciante. O Polanski, por exemplo, não pode ir para os Estados Unidos porque lá seria preso, mas vive na Europa, continua seu trabalho de cineasta e sendo indicado ao Oscar. (O cineasta Roman Polanski foi condenado nos Estados Unidos por ter tido relação sexual com Samantha Geimer, em 1977, quando ela tinha 13 anos de idade.)

● Ao mesmo tempo, como você mesmo afirmou, a internet também têm sido espaço de violência contra as mulheres. Como se dá essa violência e por que ela é tão difundida?

A internet faz parte do mundo. É novidade ainda, inovação, trouxe a possibilidade de comunicação, de produção de conteúdo, você pode comentar, escrever um blog, mas ela reflete comportamentos que já existem e, pior, faz surgir novas formas de violência também, facilitadas por esse meio e pela sensação do anonimato. A internet reproduz os comportamentos e valores da sociedade. A violência contra a mulher na internet só existe porque existe violência contra a mulher fora dela. E a violência na internet só se difunde porque as pessoas compactuam com ela. Veja a pornografia de vingança: uma menina terminou o namoro e o ex-namorado joga na internet vídeos dos dois fazendo sexo. Se ninguém ligasse, se olhassem e dissessem "ok, fazer sexo é normal", se não falassem mal, não teria as mesmas consequências para a mulher. Mas temos que parar de olhar o papel do outro e olhar o nosso papel nisso tudo também. Ao olharmos aquilo e julgarmos a mulher – e só a mulher –, naturalizamos a violência contra ela e, assim, ela acaba se propagando. Não olhamos para os dois, mas para ela, "que não deveria estar fazendo aquilo, por ser mulher".

"A agressão contra a mulher na internet só existe porque existe agressão contra a mulher fora dela"

02 AGO 2015

● Na repercussão da matéria da New York Magazine em sites brasileiros, abaixo há comentários, assinados por homens, do tipo "ok, ele estupro, mas elas também não são santinhas!". A que você acha que se deve essa lógica da culpabilização da mulher pelo estupro sofrido?

Se acontece na vida, como falamos acima, acontece na internet, mas na internet esses comentários podem ser ainda mais agressivos pela sensação do anonimato.

Você se permite ser mais grosseiro, mais agressivo, falar coisas que talvez não fiasse no face a face. Isso aparece na internet, porque as pessoas compartilham esses valores na vida real. Olhando para esse comentário especificamente, o que vemos: o correto é a

mulher ser recatada, não se expor, não se colocar numa situação em que possa ser estuprada. Culpamos de novo a vítima. E não é menos grave por estar na internet, por ser um comentário anônimo em um site. É uma armadilha hierarquizar a violência. Não tem como dizer se é mais grave dentro ou fora da rede. De qualquer forma é uma violação de direito ao bem-estar, à dignidade e à intimidade, que é um direito constitucional. Traz consequências morais e psicológicas que podem ser tão sérias quanto as físicas. Então, quando não reconhecemos a pessoa que sofreu a violência, estamos cometendo outra violência, e isso pode ser na internet ou na vida real. Esse comentário deixa bem explícita toda a lógica por trás da violência contra a mulher: elas que têm que se cuidar, não andar de saia curta, não se colocar em nenhuma situação que possa levar a isso, pois, se forem estupradas, a culpa é delas. Estamos sempre ensinando as mulheres a se protegerem, mas nunca os homens a não estuprar.

"Dentre os crimes, o abuso sexual é o único em que se tende a duvidar do denunciante"

02 AGO 2015

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Bateu, levou

O STJ está criando jurisprudência importante para a vida dos casais. Rejeitou, pela segunda vez, pedido para arquivar processo de agressão doméstica contra a mulher, no qual se alegava o princípio de insignificância.

Para o relator **Rogério Cruz**, tal entendimento sobre o tema é incompatível com a Lei Maria da Penha.

01 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

Juiz prorroga prisão de almirante suspeito de fraudes

O juiz federal Sergio Moro decidiu nesta sexta-feira (31) prorrogar por mais cinco dias, até o próximo dia 6, as prisões do almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva e do executivo da Andrade Gutierrez Flavio Barra por suposto envolvimento em fraudes e corrupção na Eletronuclear.

Ambos estão presos em regime de prisão temporária desde o último dia 28.

O Ministério Público havia pedido as prisões preventivas de ambos, porém o juiz decidiu conceder apenas mais prazo para que eles possam apresentar provas de serviços que a empresa de Othon, a Aratec, diz ter prestado a empreiteiras que justificassem pagamentos de R\$ 4,5 milhões.

Othon alegou que são traduções feitas por sua filha e serviços de engenharia realizados pelo genro.

Nos arquivos das empresas e nas notas fiscais emitidas pela própria Aratec, contudo, os procuradores encontraram menções a serviços de consultoria, e não de tradução.

O Ministério Público afirma que Othon não conseguiu comprovar os serviços da Aratec. "Não há nenhum produto da contratação. Nada foi encontrado", escreveram os procuradores.

Para o Ministério Público, Othon teve "papel fundamental" na "organização criminosa que se instalou na Eletronuclear, tendo em conta que ele exerceu durante longo período de tempo a função de diretor presidente da estatal, e, por isso, responsável pela execução de um orçamento bilionário, sendo certo que boa parte desses valores foram desviadosas".

Documentos da Receita Federal demonstram que a Aratec quadruplicou a sua receita a partir de 2009, depois que Othon assinou um aditivo com a empreiteira Andrade Gutierrez no valor de R\$ 1,24 bilhão. (GABRIEL MASCARENHAS E RUBENS VALENTE)

FOLHA DE S. PAULO

IGOR GIELOW

Fala, doutora!

BRASÍLIA - A criminalista Beatriz Catta Preta, estrela na apuração do petrolão, armou uma grande confusão com sua entrevista ao "Jornal Nacional" de quinta-feira (30).

Após conduzir uma leva de malfeitores confessos a abrir o bico para evitar o destino de Marcos Valério e abrandar suas penas, Catta Preta saiu intempestivamente de cena.

Se disse perseguida pela CPI da Petrobras. De fato, convocar advogado para saber o quanto ganha não é nada menos do que constrangimento ilegal. Mas ela foi além, alegando perigo de vida para si e sua família.

De forma calculada para fugir de processos (é uma advogada, afinal), apontou o dedo para Eduardo Cunha, o acuado presidente da Câmara, virtual denunciado na Lava Jato e mentor intelectual da CPI.

Além disso, apresentou uma versão esquisita sobre a inclusão do nome de Cunha no rol de acusados por um de seus clientes, Julio Camargo.

Durante meses, ele negou que o deputado tivesse sido favorecido pelo petrolão; de repente, incluiu um "pixuleco" de US\$ 5 milhões na conta do peemedebista. Segundo ela, Camargo temia Cunha. Depois, à sombra da PGR (Procuradoria-Geral da República), tomou coragem.

Ambas as histórias encerram dúvidas. Ou a advogada diz quem a ameaçou, e como, ou terá sido apenas leviana contra um Poder da República.

Nó caso de Camargo, é pior. Ao relatar a mudança da narrativa, Catta Preta coloca outras delações sob sua batuta na Lava Jato sob a mesma suspeição. Isso é péssimo para uma operação que até aqui trouxe mais ganhos do que perdas institucionais.

De quebra, ela dá gás à teoria alimentada por Cunha de que a PGR o persegue de forma seletiva. Não é assim, até porque ele já estava bem enrolado devido à apuração de requerimentos sobre empresas, mas que o relato sobre a delação de Camargo soa pouco crível, isso é incontestável.

Catta Preta serviria ao país se elucidasse esses pontos. Fala, doutora!

01 AGO 2015

01 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

Meta será reduzir 5% dos homicídios ao ano, diz ministro

DO ENVIADO ESPECIAL AO RIO - O Brasil terá a meta de reduzir 5% dos homicídios por ano a partir do lançamento de um pacto nacional, afirmou o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, nesta sexta (31). A previsão é que o pacto esteja pronto até setembro.

O plano, que prevê ações sociais e de segurança, será focado em 81 municípios que, segundo Cardozo, são responsáveis por 46% dos homicídios do país. Cada Estado terá metas próprias.

Os assassinatos no Brasil estão em torno de 60 mil por ano, segundo estudos recentes.

As diretrizes gerais do pacto foram anunciadas pelo ministro no Rio, durante o encerramento do encontro anual do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entidade que reúne pesquisadores de todo o país.

Esse pacto vem sendo discutido com especialistas em segurança, em reuniões fechadas, desde dezembro de 2014.

O anúncio genérico feito pelo ministro frustrou parte dos pesquisadores presentes ao evento. Eles esperavam prazos e valores. O ministro afirmou que, antes disso, é preciso fechar os acordos com os governos estaduais.

Renato Duque vira réu em nova ação e negocia delação

DE CURITIBA E BRASÍLIA - Preso na Operação Lava Jato, o ex-diretor da Petrobras Renato Duque contratou um escritório de advocacia e começou oficialmente, nesta sexta-feira (31), a negociar um acordo de delação premiada.

Duque, cuja indicação à estatal é atribuída ao PT, teve a quinta denúncia aceita pelo juiz Sergio Moro também nesta sexta sob acusação de corrupção e lavagem de dinheiro. Ele já era réu em quatro ações penais.

O ex-diretor é acusado de ter recebido cerca de R\$ 4 milhões de propina pela construção de gasodutos submarinos pela empresa italiana Saipem, em 2011, além de outros R\$ 577 mil em obras de arte.

Duque nega as acusações.

MÔNICA BERGAMO

A ITÁLIA É AQUI

O juiz Sergio Moro fará palestra no fim de agosto em SP com o tema "Corrupção Sistêmica - Lições da Operação Mãos Limpas", em evento da revista "Exame", da editora Abril. No mesmo debate, sobre "como superar a crise e reconstruir as bases do desenvolvimento do Brasil", o ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) Augusto Nardes vai falar sobre gestão pública, governança e corrupção. O TCU também acabou atingido por acusações na Operação Lava Jato.

FOLHA DE S. PAULO

Crianças, crueldade e Justiça

LUÍS FRANCISCO CARVALHO FILHO

A patologia do bullying escolar só é caso de polícia em situações absolutamente extremas

01 AGO 2015

BULLYING É o comportamento agressivo, intencional e repetido contra alguém por conta de alguma característica ou situação peculiar. É um desequilíbrio de poder que afeta sobretudo crianças e adolescentes em escolas e em outros ambientes de convivência, mas que também inferniza a vida de adultos.

Por alguma razão psicológica, pessoas sentem prazer em humilhar, provocar sofrimento. Reunidas, multiplicam agressões verbais ou físicas contra quem se destaca pela diferença: obesidade, altura, pele, nariz, timidez, roupa. Filiação, raça, falta de habilidade para o esporte, aplicação nos estudos ou dificuldade de aprendizado também dão origem a maus-tratos, isolamento e depressão.

A internet amplia seus efeitos.

Aprendemos a nos defender de ondas de perseguição, mas traumas emocionais mais ou menos graves podem surgir, o que justifica a preocupação de pais e educadores com essa crueldade latente e estranha.

Não por acaso, para troca de experiências e pela autoestima, o bullying fez parte da pauta do bem-humorado Encontro Nacional de Ruivos realizado no Rio de Janeiro em 2013. Ruivos, em um país moreno, apanham de coleguinhas valentões ou colecionam uma quantidade assombrosa de apelidos, alguns impubescíveis, pela cor do cabelo e pelas sardas.

Pesquisas do IBGE revelam que 20,8% de alunos do ensino fundamental no Brasil, a maioria na faixa etária entre 13 e 15 anos, já praticaram ou praticam bullying nas escolas, mas a maioria (51% dos en-

trevistados) não consegue nem explicar suas atitudes. Entre os motivos mais citados para as perseguições está a aparência do corpo e do rosto. Declaram-se vítimas frequentes de zombaria e esculachos capazes de aborrecer 5,4% dos entrevistados. Os esporadicamente atingidos são 25,4%.

A solução para a vulnerabilidade infantil é familiar e educacional, não legislativa, mas diversos Estados e municípios já editaram leis supostamente redentoras sobre o assunto. Em vez de políticas públicas concretas e preventivas, nós nos empenhamos em criar diplomas legais ineficazes.

No Congresso, diversos projetos são discutidos para a superação mágica e formal do problema. “Intimidação sistemática”, “intimidação escolar”, “intimidação vexatória”, “perseguição obsessiva ou insidiosa” são algumas das designações encontradas em português para a palavra inglesa.

Há projetos que sugerem campanhas nacionais de combate, orientação e esclarecimento. Outros pretendem criminalizar a conduta, estabelecendo penas que chegam a cinco anos de prisão.

Imaginem promotores, delegados e juizes lidando com o problema do bullying a partir da dinâmica processual do desmantelamento do crime organizado, padrão Lava Jato, submetendo meninos e meninas a acareações arditosas, delação premiada, infiltração de jovens tiras para identificar o comando dos ataques, internação compulsória, liberdade assistida, tornozeleira eletrônica, penas alternativas etc.

Em tempos de redução da maioridade penal, é importante ter em vista que a patologia do bullying escolar só é caso de polícia em situações absolutamente extremas. O envolvimento da máquina judicial, burocrática, insensível e sem preparo pedagógico, é o caminho mais improdutivo e temerário.

02 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

O QUE ELES DISSERAM

**RICARDO
LEWANDOWSKI**

*É inadmissível que
autoridades com
poderes investigativos*
DESBORDEM

*de suas atribuições
para transformar
defensores em
investigados*

presidente do STF, ao liberar Catta Preta de informar honorários à CPI

**DEFESA DE NESTOR
CERVERO**

*A sensação que se
tem na Lava Jato*

*é o surgimento
de **SUPER-
HERÓIS***

tupiniquins

advogados do ex-diretor da Petrobras, preso acusado de participação no esquema de corrupção, em pedido de liberdade negado pelo STF

BEATRIZ CATTAPRETA

*Por zelar pela minha segurança
e a dos meus filhos, decidi*
ENCERRAR a carreira

advogada, responsável por firmar nove acordos de delação premiada da Lava Jato, em entrevista ao "Jornal Nacional"; ela contou ter sido ameaçada por integrantes da CPI da Petrobras

PAINEL

Sem fronteiras Advogados de empresas investigadas na Lava Jato criticam o fato de Moro estar expandindo sua jurisdição para investigar denúncias de crimes ocorridos em outros Estados, como Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Estinge Colegas de Beatriz Catta Preta ironizam as acusações vagas feitas pela advogada de que está sendo vítima de ameaças e tentativas de intimidação para justificar o fechamento de seu escritório. "Ela está mais para Caixa Preta", diz um defensor que atua no petróleo.

Ação em MG leva governo Dilma a defender tucanos

Procuradoria questionou governo mineiro sobre gastos na saúde, mas conta pode ficar para nova gestão petista

Órgão acusa Minas de não investir o mínimo em saúde; após eleições, Planalto vê 'legalidade' nos atos

JOSÉ MARQUES
DE BELO HORIZONTE

Um processo contra o Estado de Minas Gerais levou o governo Dilma a defender atos das gestões dos ex-governadores Aécio Neves e Antonio Anastasia, ambos do PSDB, que a presidente havia criticado na eleição de 2014.

Pronta para a decisão de uma juíza federal, a ação civil é de autoria do Ministério Público Federal e acusa os governos tucanos de maquiagem as contas públicas, deixando de aplicar R\$ 14 bilhões na saúde entre 2003 e 2013.

Se o Estado perder, o governador Fernando Pimentel (PT), eleito em 2014, e as futuras gestões pagarão a conta.

A Procuradoria quer que o governo mineiro elabore um plano para ressarcir, de forma parcelada, os valores não aplicados. Ou seja, além de usar ao menos 12% do orçamento para a saúde, como prevê a lei, o Estado teria que repassar quantias extras para o setor —ainda que o governo preveja deficit de R\$ 7 bilhões neste ano.

Em julho deste ano, o Estado cancelou o agendamento de algumas cirurgias pelo SUS por atraso em repasses federais de R\$ 100 milhões.

O processo prevê ainda que a União deixe de repassar o dinheiro do Fundo de Participação dos Estados a Minas caso a exigência seja descumprida. Só em junho, esse valor foi de R\$ 238 milhões.

O texto do Ministério Pú-

blico lembra que a saúde mineira sofre com “falta de leitos nos hospitais” e credita o problema ao descumprimento do piso constitucional.

Intimado a se defender, o governo federal passou a dizer que a medida teria “catastróficas consequências” ao Estado —que poderia ficar sem dinheiro em situações emergenciais— e citou argu-

mentos já usados pelo PSDB.

Nos autos, o advogado da União Marcos Vinicius Pereira de Castro afirmou que as contas dos tucanos foram aprovadas pelo TCE (Tribunal de Contas do Estado) e que, por isso, seria “razoável presumir a legalidade e correção dos atos” e não haveria “verossimilhança” nos argumentos dos procuradores.

Aponta, ainda, que, apesar de ser de 2000, a emenda que determina o mínimo constitucional à saúde só foi regulamentada em 2012.

Quando a ação da Procuradoria foi entregue à Justiça, o PSDB já havia alegado o mesmo, mas também dizia que houve casos parecidos nos governos Lula, Tarso Genro (RS) e Zeca do PT (MS).

O Ministério Público Federal informou que não se manifestaria sobre a ação.

A juíza responsável pelo caso, Maria Edna Fagundes Velloso, disse que o processo tem “vasta documentação”, em 14 volumes, e dará a decisão quando concluir a análise.

A AGE (Advocacia-Geral de Minas), que elaborou a defesa do Estado, não disponibilizou suas alegações à juíza.

NA CAMPANHA

“Quando o governo de Minas foi dirigido pelo senhor [Aécio Neves], vocês não cumpriram a Constituição, que é destinar o mínimo para a saúde. Desviaram em torno de R\$ 7,6 bilhões, é o que diz o Tribunal de Contas do Estado

DILMA ROUSSEFF,
em 14.out.2014

NO GOVERNO

“É razoável presumir a legalidade e correção dos atos que, sem exceção, foram julgados e aprovados pelo órgão específico de controle, o Tribunal de Contas do Estado de Minas

AGU (ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO)
em 10.jul.2015

ARQUIVAMENTO

Outra ação sobre o mesmo tema, movida pelo Ministério Público Estadual contra Aécio Neves em 2010, foi arquivada mesmo antes da análise pelo chefe do órgão em Minas, em fevereiro de 2014.

A decisão livrou Aécio de uma ação de improbidade às vésperas da campanha presidencial. A ação dizia que houve “no mínimo fraude contábil” por considerar recursos repassados à Copasa (empresa responsável pelo saneamento do Estado) como investimento na saúde.

03 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

Procuradoria poderá arquivar inquérito sobre senador tucano

Investigação não encontra provas de que Anastasia recebeu propina

ANDRÉIA SADI
DE BRASÍLIA

À frente das investigações sobre políticos citados na Operação Lava Jato, a Procuradoria-Geral da República estuda pedir ao STF (Supremo Tribunal Federal) neste mês o arquivamento do inquérito que apura o suposto envolvimento do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Como a **Folha** revelou em janeiro, o policial federal Jayme Alves de Oliveira Filho, o Careca, disse à Polícia Federal em novembro de 2014 que entregou R\$ 1 milhão em 2010 a Anastasia, então candidato a governador, por ordem do doleiro Alberto Youssef.

O senador rechaçou a acusação na época, e disse desconhecer o policial e o doleiro, um dos principais operadores do esquema de corrupção descoberto na Petrobras.

A fala de Careca foi desmentida depois por Youssef, que fez acordo para colabo-

rar com as investigações e negou ter pedido ao policial que entregasse o dinheiro.

Os procuradores da Lava Jato fizeram nos últimos meses checagens para verificar a história de Careca, que depôs na condição de testemunha. As apurações não confirmaram os fatos narrados.

Na declaração de novembro, ele disse que levou o dinheiro a uma casa em Belo Horizonte e que Youssef lhe dissera que o destinatário era o então candidato dos tucanos ao governo de Minas.

“Tempos mais tarde, vendo os resultados eleitorais, identifiquei que o candidato que ganhou a eleição era a pessoa para quem levei o dinheiro”, disse Careca. A polícia mostrou então uma foto de Anastasia. “A pessoa que aparece na fotografia é muito parecida com a que recebeu a mala enviada por Youssef, contendo dinheiro”, disse o policial.

Youssef era um dos operadores encarregados de distri-

buir o dinheiro da propina paga pelas empresas que tinham negócios com a Petrobras. Careca era uma das pessoas que entregavam o dinheiro em nome do doleiro.

Segundo um dos investigadores, apesar de a apuração não confirmar o depoimento de Careca, o fato narrado pelo policial ainda não está descartado. A hipótese dos investigadores é que o dinheiro mencionado pode ter sido entregue a outro destinatário.

Em março, quando o STF autorizou a abertura de inquéritos sobre Anastasia e outros políticos, o senador pediu ao ministro Teori Zavascki, relator dos processos associados à Lava Jato no tribunal, que revisse sua decisão.

Os advogados de Anastasia disseram que a abertura do inquérito foi baseada em depoimento “solitário e vazio” e por isso ele não deveria prosseguir. A Procuradoria reagiu ao pedido para trancar o inquérito na época.

PAPEL Contra-ataque

O advogado Antonio Figueiredo Basto, que assumiu a defesa do executivo e delator Julio Camargo no lugar de Beatriz Catta Preta — e também defende o doleiro Alberto Youssef na Lava Jato —, apresentará nesta semana uma representação ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pedindo que os deputados Celso Pansera (PMDB-RJ) e Hugo Mota (PMDB-PB), entre outros membros da CPI da Petrobras, sejam investigados por causa dos requerimentos que apresentaram na comissão.

Defesa O mote do pedido serão as declarações de Catta Preta, segundo as quais ela e seus clientes sofreram intimidação — a advogada não deu nomes. “Essa investigação [da CPI], pra mim, não tem crédito nenhum”, diz Figueiredo Basto. “É um gasto de dinheiro público com intenções claras”, completa.

31 JUL 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Pinhais celebra 25 anos da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente

O evento, promovido pelo Centro de Referência em Direitos Humanos, contou com a participação do Procurador de Justiça, Olympio de Sá Sotto Maior Neto

Na tarde da última quarta-feira (29), o Centro de Referência em Direitos Humanos de Pinhais (CRDH) promoveu uma celebração em menção aos 25 anos da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O evento foi realizado no auditório da sede da secretaria de Saúde, localizado no bairro Estância. Durante o encontro, o Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Paraná, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, explanou sobre a aplicabilidade do Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disso, ressaltou a importância da defesa do cumprimento do que determina Constituição, no que diz respeito à prioridade à infância e juventude na formulação de políticas públicas específicas.

De acordo com o prefeito de Pinhais, Luizão Goulart, o estatuto é uma importante conquista e deve ser valorizado. "A lei existe e sua criação foi um grande avanço. No início houve resistência, mas os aspectos práticos trouxeram impacto positivo na realidade das crianças e adolescentes. E este é o propósito, não só criar leis, mas sim fazer com que elas sejam aplicadas para que façam diferença na vida das pessoas", comenta.

Para a secretária de Assistência Social, Rosângela Batista, a celebração dos 25 anos representa a evolução que o ECA promoveu. "Além disso, também é fundamental pensarmos no quanto ainda há para evoluir. É neste sentido que a nossa equipe trabalha aqui em Pinhais, para que consigamos seguir neste progresso", afirma.

Representando o legislativo municipal, o presidente da Câmara, vereador Gilberto Hartkopft, salientou a importância de não retroceder neste processo. "Precisamos seguir avançando e as políticas públicas devem seguir esta premissa. Muito foi conquistado, mas muitas coisas ainda podem ser realizadas neste âmbito", ressalta.

Também estiveram presentes no evento a secretária de Administração, Rosa Maria, a secretária de Educação, Andrea Franceschini, profissionais que atuam na secretaria de Assistência Social, alunos do Colégio Estadual Deputado Arnaldo Faivro Busato, alunos do curso de magistério do Colégio Estadual Gilberto Alves do Nascimento do município de Piraquara, Conselheiros Tutelares e representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). O evento também contou com uma apresentação de dança dos alunos da Escola Municipal Poty Lazzarotto participantes do projeto Gira Mundo.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Tribunal suspende obras do Catuaí Shopping Cascavel

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região suspendeu sentença que havia liberado as obras do Catuaí Shopping Cascavel, no município de Cascavel (PR), mediante termo de ajustamento de conduta (TAC) assinado pelas partes.

A relatora do processo, desembargadora federal Marga Inge Barth Tessler, julgou procedente recurso impetrado pela Associação Global de Desenvolvimento Sustentado (AGDS) e concedeu a liminar suspensiva.

AAGDS é uma organização não governamental situada em São Bernardo do Campo (SP)

que atua em prol da ecologia. A associação alega que a sua região geográfica de interesse ambiental (oeste paranaense) é alcançada pelo empreendimento. Conforme a AGDS, o shopping em funcionamento poderia vir a atingir a bacia hidrográfica do Paraná. Também apontou irregularidades na formulação do TAC.

Embora a associação não fosse parte no processo e atuasse apenas como assistente, Marga entendeu que deve ser aceita como litisconsorte do Ministério Público Federal (MPF), pois apresenta os requisitos legais de admissibilidade.

FABIO CAMPANA

Requião na chincha

O ex-deputado Acir Mezzadri (PMDB), coordenador do Fórum Nacional do Transporte, entrou no STF (Supremo Tribunal Federal) com uma representação criminal contra o senador Roberto Requião (PMDB). Mezzadri, conforme petição ao ministro Ricardo Lewandowski, acusa Requião de usar documento sob sigilo do PMDB para processá-lo por calúnia e difamação e tentar auferir R\$ 30 mil com a ação.

Comendadores

O presidente do STF, Ricardo Lewandowski, e o ministro Edson Fachin são esperados nesta sexta-feira, 31, em Curitiba, para receber a Ordem Estadual do Pinheiro. Os dois ministros serão recebidos pelo governador Beto Richa às 12h no Palácio Iguaçu. Antes, ainda na sexta-feira, Lewandowski dará aula magna ao curso de direito da Unibrasil.

Paranaenses disputam o STJ

Dois curitibanos estão na disputada pela vaga a ser preenchida no STJ: Joel Ilan Paciornik, e Fernando Quadros. O terceiro candidato é Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, do Rio Grande do Norte. Quem for escolhido ministro do STJ terá um papel importantíssimo na vida nacional: será o relator da "Lava Jato".

31 JUL 2015

JUSTIÇA DETERMINA QUE SEJA RETIRADO DO AR O SITE TUDO SOBRE TODOS

A Justiça Federal do Rio Grande do Norte determinou a retirada do ar do site Tudo sobre Todos, que disponibiliza informações pessoais de brasileiros como endereço e CPF. A decisão é do juiz federal Magnus Augusto Costa Delgado, da 1ª Vara Federal, em liminar concedida a ação apresentada pelo Ministério Público Federal. O juiz federal determinou que empresas de internet não permitam o acesso ao site até a conclusão do processo.

31 JUL 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça acata denúncia e afasta auditores acusados de corrupção

A partir de denúncia apresentada pelo MP-PR, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), o Juízo da 3ª Vara Criminal de Curitiba e Região Metropolitana determinou a suspensão do exercício das funções de dois auditores fiscais da Receita Estadual (um de Curitiba e outro de Umuarama), iniciando o processo penal. Eles, juntamente com dois contadores e dois familiares de um dos auditores, são acusados de praticar crimes de extorsão tributária, corrupção passiva e favorecimento real (auxílio para proveito no crime).

A Justiça determinou também o sequestro de bens (dinheiro e veículos) dos envolvidos, assim como a quebra de sigilo de três empresas pertencentes a um mesmo empresário, que não foram fiscalizadas adequadamente pelo auditor fiscal de Curitiba. Nesse caso, o auditor recebeu uma ordem de fiscalização da chefia e deixou de executá-la corretamente, em troca de recebimento de propina.

Segundo apurou o Gaeco, em um dos crimes, o auditor fiscal lotado em Umuarama exigiu propina de R\$ 1 milhão para não

autuar um empresário em R\$ 8 milhões. O contador do empresário, também denunciado, contou o auditor lotado em Curitiba, com o objetivo de convencê-lo a reduzir o valor da propina para R\$ 450 mil, que foram pagos pelo empresário.

31 JUL 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juiz Sergio Moro adia para segunda-feira depoimento de delator da Lava Jato

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos processos da operação Lava Jato na primeira instância, decidiu remarcar para a próxima segunda-feira (3) o depoimento de um dos presos, Mário Góis, agendado para quinta (30), devido ao acordo de delação premiada firmado pelo acusado com o Ministério Público Federal (MPF).

Apontado como lobista e um dos operadores do esquema de corrupção em contratos da Petrobras, Góis está preso desde fevereiro, em Curitiba. De acordo com a força-tarefa da Lava Jato, ele era responsável por repassar propina das empreiteiras Odebrecht e Andrade Gutierrez ao ex-diretor de Serviços da Petrobras, Renato Duque.

As construtoras Odebrecht e Andrade Gutierrez negam participação no esquema investigado pela Lava Jato e o repasse de valores a agentes públicos ou políticos.

Em despacho publicado no início da tarde de hoje, Moro determina que sejam anexados ao processo cópia dos termos de acordo de delação premiada assinado por Mário Góis e o MPF e dos vídeos dos depoimentos dele feitos à força-tarefa da Lava Jato.

31 JUL 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MPF pede aposentadoria de juiz do caso Eike

O Ministério Público Federal (MPF/RJ) pediu na quinta-feira (30) ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) a aplicação da pena disciplinar de aposentadoria, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, ao juiz Flávio Roberto de Souza. O magistrado responde a procedimentos administrativos por atuação irregular em processo contra o empresário Eike Batista.

De acordo com o MPF, depois da apreensão de bens de Eike Batista, foram constatados custódia irregular e uso de alguns bens, como três veículos, um piano e uma cópia de ovo Fabergé (peça que, quando original, tem alto valor econômico, remontando ao período dos czares russos) e sete relógios do empresário.

O MPF considerou que o ex-titular da 3ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, responsável pelo processo a que Eike responde por crimes contra o mercado de capitais, agiu de forma incompatível com o decoro da função e teve comportamento funcional incompatível com o bom desempenho das atividades do Judiciário. Flávio Roberto de Souza já tinha sido afastado da 3ª Vara em março.

30 JUL 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Não ocorre a incidência de honorários nas execuções de pequeno valor sem oposição da Fazenda Pública

A inclusão de verba honorária em execução de pequeno valor sem oposição da Fazenda Pública aos cálculos apresentados pelo credor deve ser afastada. Com esses fundamentos, a 1ª Turma do TRF da 1ª Região confirmou sentença de primeiro grau que, nos autos de ação de execução, julgou extinto o processo.

Na apelação, o Sindicato dos Trabalhadores Ativos, Aposentados e Pensionistas dos Servidores Públicos Federais no Estado de Minas Gerais requer que seja aplicado ao caso o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no sentido de que “são devidos honorários pela Fazenda Pública nas execuções de pequeno valor”, conforme fundamentado no Recurso Extraordinário n. 420.816.

O Colegiado rejeitou o pedido. Em seu voto, o relator, desembargador federal Jamil de Jesus Oliveira, explicou que, no citado julgamento, o STF concluiu pela não aplicação do art. 1º-D da Lei 9.494/97 nas hipóteses de execuções que não demandem a expedição de precatório. No entanto, “a inclusão de verba honorária nas execuções de pequeno valor, ainda que não embargadas, refoge à lógica do sistema constitucional concernente aos pagamentos devidos pela Fazenda Pública em decorrência de sentença judiciária”, ponderou.

O magistrado ainda esclareceu que, “tal como no precatório, a requisição de pequeno valor é também exigência constitucional indeclinável na satisfação da dívida da Fazenda Pública em decorrência de sentença judiciária, de modo que não pode a Fazenda fazer o pagamento imediatamente ao trânsito em julgado da sentença”.

Nesse sentido, de acordo com o relator, se há necessidade de requisição de pagamento, seja mediante precatório, seja mediante RPV, não se justifica a imposição de verba honorária, sem que para isso alguma atividade tenha de ser desenvolvida pelo advogado para colimar o pagamento.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Decisão impede penhora de salário de militar

Com fundamento na impenhorabilidade absoluta das verbas de natureza alimentar, a Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) rejeitou recurso da Fundação Habitacional do Exército (FHE) que pleiteava a penhora de 30% dos valores existentes em conta-salário do executado e daqueles a serem depositados nos meses subsequentes até o limite de R\$ 6.918,79.

A Fundação alegava que a impenhorabilidade absoluta dos salários afronta o artigo 422 do Código Civil, que determina que os contratantes devem observar o princípio da boa-fé e da probidade na relação contratual.

Ao analisar o caso, o desembargador federal Luiz Stefanini, relator do processo, explicou que o inciso IV do artigo 649 do Código de Processo Civil prevê que "são absolutamente impenhoráveis os vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal".

A decisão acrescenta que, no projeto de lei, havia a previsão de que 40% do total recebido mensalmente acima de 20 salários, calculados após os efetivos descontos, seriam considerados penhoráveis.

Essa disposição, contudo, foi vetada sob o fundamento de quebra do 'dogma da impenhorabilidade absoluta' de todas as verbas de natureza alimentar, de modo que a Primeira Turma concluiu por não atender ao pedido da Fundação.

30 JUL 2015

30 JUL 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PF pode apreender documentos sobre cliente de advogado investigado

Ministro Lewandowski permitiu o uso de material apreendido com advogados durante fase da "lava jato" voltada a políticos com prerrogativa de foro

Quando advogados são investigados, o Estatuto da Advocacia libera o uso de documentos apreendidos referentes a clientes se eles também são apontados como partícipes ou coautores da mesma causa. Foi o que afirmou o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, ao permitir que autoridades usem material apreendido com advogados na "lava jato".

Ele rejeitou um pedido da seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. A OAB-DF pedia que, no cumprimento dos mandados de busca e apreensão expedidos pelo ministro Teori Zavascki e executados em escritórios de advocacia, fossem observados os parágrafos 6º e 7º do artigo 7º da Lei Federal 8.906/1994.

O texto proíbe "a utilização dos documentos, das mídias e dos objetos pertencentes a clientes do advogado averiguado, bem como dos demais instrumentos de trabalho que contenham informações sobre clientes". Entretanto, o presidente do STF apontou uma ressalva na própria lei. A restrição "não se estende a clientes do

advogado averiguado que estejam sendo formalmente investigados como seus partícipes ou coautores pela prática do mesmo crime que deu causa à quebra da inviolabilidade".

Dessa forma, Lewandowski determinou que "as autoridades responsáveis pela investigação em curso cumpram estritamente os dispositivos legais citados", até melhor exame da questão pelo ministro Teori Zavascki, relator da investigação, "que decidirá, com a verticalidade que o caso requer, sobre a devolução do material apreendido que não diga respeito aos fatos investigados".